

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

UM ESTUDO SOBRE A EVASÃO NO ENSINO MÉDIO
INTEGRADO DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI

JOSÉ LUIS NOGUEIRA MARQUES

2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**UM ESTUDO SOBRE A EVASÃO NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO
DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ CAMPUS LARANJAL DO
JARI**

JOSÉ LUIS NOGUEIRA MARQUES

Sob a Orientação da Professora

Dra. Lia Maria Teixeira de Oliveira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
Maio de 2017**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M357e MARQUES, JOSÉ LUIS NOGUEIRA, 1961-
UM ESTUDO SOBRE A EVASÃO NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO
DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ CAMPUS LARANJAL DO JARI
/ JOSÉ LUIS NOGUEIRA MARQUES. - 2017.
56 f. : il.

Orientadora: Lia Maria Teixeira de Oliveira.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação
Agrícola, 2017.

1. Evasão. 2. Educação Profissional. 3. Políticas de
Permanência. I. Oliveira, Lia Maria Teixeira de,
1957-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação
Agrícola III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

JOSÉ LUIS NOGUEIRA MARQUES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 30/05/2017.

Lia Maria Teixeira de Oliveira, Profa. Dra. UFRRJ

Fabiana de Carvalho Dias Araújo, Profa. Dra. UFRRJ

Andre Elias Fidelis Feiosa, Prof. Dr. FIOCRUZ-RJ

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, ao meu filho Arthur Henrique, às amigas Nádia Tatiane e Athiene Dias, que me apoiaram; à minha orientadora professora Lia Teixeira e, aos meus colegas do Instituto Federal do Amapá.

BIOGRAFIA

José Luis Nogueira Marques, nascido na cidade de Viamão (RS) em 1961. Em 1990 graduou-se em Pedagogia, na Faculdade Nossa Senhora da Imaculada Conceição (FAFIMC). Possui especialização profissional em Administração de Recursos Humanos, pela Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Rio Grande do Sul (FDRH), em Educação a Distância pela Faculdade SENAC SP. Atua na área da educação desde 1983, quando ainda estudante do curso de pedagogia, ingressou na Indústria Albarus SA, em Porto Alegre, onde desenvolveu o projeto de uma das primeiras escolas de educação supletiva para operários. Assim foi fundada a Escola Albarus de Educação, que atendeu a formação de 800 trabalhadores, os quais possuíam escolaridade de até 4ª série do ensino fundamental, fato contribuidor para o aumento da escolaridade do grupo para o 3º ano do ensino médio, permitindo o acesso até o ensino superior. Em 1991, ingressou no Centro Tecnológico do Calçado SENAI, em Novo Hamburgo (RS), importante polo calçadista do Brasil, realizando atividades como pedagogo, participou na estruturação e revisão dos cursos técnicos da instituição. No ano de 1999, ocupou o cargo Técnico em Assuntos Educacionais no Departamento Regional do SENAC, em Porto Alegre, onde atuou na reestruturação das matrizes de cursos técnicos profissionalizantes e foi coordenador do Programa Internacional de Teleconferências da San Diego State University/ITC – International Training Center, de San Diego (CA, USA). Em 2003, mudou-se para o Amapá, onde passou a atuar no ensino superior, na Faculdade SEAMA, na função de coordenador do curso de tecnologia em informática educativa, neste período participou da reorganização da matriz curricular do curso, e da preparação para a avaliação do MEC, visando o reconhecimento do curso. Em 2005, foi diretor de ensino na Faculdade META, em Macapá, tendo organizado os cursos superiores de tecnologia em radiologia e construção de edifícios e rede de computadores. Ainda em 2005, tornou-se professor universitário na UVA – Universidade Vale do Acaraú. No ano de 2011, ingressou no IFAP – Instituto Federal do Amapá, como pedagogo, no campus Laranjal do Jari, distante 260 km de Macapá e em 2016 foi removido para o atual campus IFAP, em Macapá, onde desenvolve atividades profissionais até o momento.

RESUMO

MARQUES, José Luis Nogueira. **Um Estudo sobre a evasão no ensino integrado do Instituto Federal do Amapá, *Campus Laranjal do Jari***. 2017. 56f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2014.

Esta dissertação tem a sua origem em pesquisa realizada com o intuito de trazer à observação e tomada de decisão o problema educacional que aflige à educação técnica e tecnológica, a evasão escolar. Assim, de forma geral objetivou uma análise sobre o fenômeno da evasão escolar no IFAP – *Campus Laranjal do Jari*. O foco deu-se na busca da compreensão dos elementos envolvidos no processo gradativo da perda do número de estudantes matriculados; buscou-se ainda a partir do resultado da pesquisa propor ações para contenção e redução dos índices de evasão no IFAP. A pesquisa em termos metodológicos, consistiu um estudo documental, empírico e de tratamento conceitual, tomando o universo amostral das turmas do Ensino Médio, na forma Integrada, do *Campus Laranjal do Jari*. A dissertação está dividida em três tópicos. O primeiro faz uma caracterização da Educação Profissional e do Sistema de Ensino Profissionalizante Federal no Brasil; o segundo trabalha uma análise sobre Fracasso Escolar, com ênfase na evasão e seus fatores condicionantes e, o último, tópico descreve “a evasão escolar no Instituto Federal do Amapá - *Campus Laranjal do Jari*”, com a apresentação dos dados investigados ao longo do mapeamento das turmas. Com base nos resultados dos dados descritos deu-se a interpretação destes à luz de autores que nos apoiaram para a análise. Posto isso, com o conhecimento produzido então, propõe-se estratégias de reversão ao quadro de evasão no IFAP e, ainda, as considerações finais com descrição dos processos de intervenção.

Palavras-chave: Evasão, Educação Profissional, Políticas de Permanência

ABSTRACT

MARQUES, José Luis Nogueira. **A research about evasion in integrated teaching at the Instituto Federal do Amapá, *Campus Laranjal do Jari***. 2017. 56p. Dissertation (Master in Agricultural Education). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2014.

This dissertation has its origin in research carried out with the intention of bringing to the observation and decision making the educational problem that afflicts technical and technological education, school dropout. Thus, the objective of this study was to analyze the phenomenon of school dropout at the IFAP - *Campus Laranjal do Jari*. The focus was on the understanding of the elements involved in the gradual process of the loss of enrolled students; It was also sought from the result of the research to propose actions for containment and reduction of evasion rates in IFAP. The research, in methodological terms, consisted of a documentary, empirical study and conceptual treatment taking the sample universe of the High School classes, in the Integrated form, of the Laranjal do Jari *Campus*. The dissertation is divided into three topics. The first makes a characterization of professional education and the federal vocational training system in Brazil; The second one works on School Failure analysis, with emphasis on evasion and its conditioning factors, and the last topic describes "school dropout at the Federal Institute of Amapá - *Campus Laranjal do Jari*", with the presentation of the data investigated throughout the mapping Of the classes. Based on the results of the described data gave the interpretation of these to light authors who supported us for the analysis. Given this, with the knowledge produced then, proposes strategies of reversion to the framework of evasion in the IFAP and, also, the final considerations with description of the intervention processes.

Keywords: Evasion, Professional Education, Policies of Permanence

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cronologia da Expansão da Rede Federal	11
Figura 2 – Participação da Rede Federal no Cenário do Ensino Técnico	12
Figura 3 – Crescimento do Número de Escolas Técnicas	12
Figura 4 – A Rede Federal.....	13
Figura 5 - Matrículas no Brasil e Investimentos: Ensino Médio e Ensino Técnico	13
Figura 6 - O Vale do Jari, Laranjal do Jari, AP	14
Figura 7 – Distribuição da População Amapá.....	16
Figura 9 - Taxas de evasão no IFAP	29
Figura 10 – Causas da Evasão no IFAP	30
Figura 11 – COPED, IFAP <i>Campus</i> Laranjal do Jari.....	30
Figura 12 – Número de Matriculados.....	31
Figura 13 – Matriz Curricular do Curso Técnico Informática Integrado ao Ensino Médio 2013	47

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico Comparativo 1 - Turma INFO 1B	32
Gráfico Comparativo 2 - Turma INFO 1A	33
Gráfico Comparativo 3 – Turma INFO 1C	33
Gráfico Comparativo 4 - Turma INFO 2A	34
Gráfico Comparativo 5 - Turma INFO 2B	34
Gráfico Comparativo 6 - Turma INFO 3A	35
Gráfico Comparativo 7 - Turma INFO 3B	36
Gráfico Comparativo 8 - Turma INFO 4A	36
Gráfico Comparativo 9 - Turma MAB 1A	37
Gráfico Comparativo 10 – Turma MAB 2^a	38
Gráfico Comparativo 11 - Turma MAB 3A	38
Gráfico Comparativo 12 - Turma MAB 4A	39
Gráfico Comparativo 13 - Turma SEC 1^a	39
Gráfico Comparativo 14 - Turma SEC 1B	40
Gráfico Comparativo 15 - Turma SEC 2A	40
Gráfico Comparativo 16 - Turma SEC 3A	41
Gráfico Comparativo 17 - Turma SEC 4A	42

LISTA DE SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEB	Câmara de Educação Básica
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CNB	Conselho Nacional de Educação
COPEDE	Coordenação Pedagógica
CORES	Coordenação de Registro Escolar
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EAFs	Escolas Técnicas Agrícolas Federais
EFETs	Escolas Técnicas Federais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFAP	Instituto Federal do Amapá
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
META	Faculdade de Tecnologia de Macapá
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento dos Trabalhadores sem Terra
MTb	Ministério do Trabalho
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PT	Partido dos Trabalhadores
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PPGEA	Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola
PIB	Produto Interno Bruto
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SEAMA	Sistema Educacional da Amazônia
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SETEP	Setor Técnico Pedagógico
TAEs	Técnicos em Assuntos Educacionais
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	REFERENCIAL TEÓRICO	3
3	A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: APROXIMAÇÕES ENTRE TRABALHO E QUALIFICAÇÃO	4
4	A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: A FORMAÇÃO DA REDE FEDERAL	6
4.1	A Expansão da Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica	9
4.2	A Implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá e sua Estruturação e Operacionalização.....	13
4.3	Inserção Regional	14
4.4	Contexto Geográfico.....	15
4.5	Contexto Histórico-Cultural.....	16
5	FRACASSO ESCOLAR	17
5.1	Evasão Escolar	17
5.2	Processos condicionantes do sucesso escolar	21
5.3	A evasão na rede federal	24
5.4	Prevenções da evasão escolar	24
5.5	O plano estratégico de intervenção e monitoramento.....	26
6	A EVASÃO ESCOLAR NO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ - CAMPUS LARANJAL DO JARI.....	27
6.1	Metodologia	27
6.2	A Evasão Escolar nos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFAP - <i>Campus Laranjal do Jari</i>	27
6.3	Mapa de desempenho de aprendizagem por Componente curricular/turma – 1º e 2º bimestre 2014	31
6.4	Estratégias institucionais para assegurar a permanência e saída exitosa dos estudantes	44
6.5	Programa estratégico institucional de permanência e êxito de estudantes	47
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
8	REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho, inserido na linha de pesquisa de Formação Docente e Políticas para a Educação Agrícola do PPGEA/UFRRJ, apresenta um estudo sobre a questão da evasão escolar nos Cursos Técnicos Integrados do IFAP – Instituto Federal do Amapá, *Campus Laranjal do Jari*, Amapá.

O Instituto Federal do Amapá é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multiCampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos práticos, aplicados e científicos. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior, é equiparado às Universidades Federais¹, inclusive, na questão da autonomia prevista para uma autarquia federal.

As mudanças estruturais da economia brasileira nos últimos dez anos alteraram profundamente as características e demandas do mercado, exigindo ao trabalhador cada vez mais uma melhor qualificação profissional, bem como o seu aperfeiçoamento contínuo, situação esta, que envolve todas os setores das áreas da economia e, que são pressionadas pelas inovações tecnológicas, de produção industrial, de consumo, e de novos padrões de qualidade.

Observando este breve comentário sobre o contexto socioeconômico mundial, percebe-se a importância que a educação profissional assume, na atualização permanente dos saberes, em especial, para setores menos preparados nos aspectos de escolarização e emprego, como os serviços domésticos, atividades extrativistas e construção civil, que necessitam com senso de urgência, ingressar como recursos humanos ativos economicamente no mercado de trabalho.

Apesar de todos os esforços na tentativa de elevar os índices de escolaridade no Brasil, da ampliação da oferta de vagas em todos os níveis de ensino², na implementação de diferentes mecanismos sociais de inclusão social, um fenômeno perverso e constante está presente ao longo dos 108 anos de Educação Profissional no Brasil, através de uma Rede com mais de 644 IFs, distribuídos nos 27 Estados Federativo, estou falando sobre a evasão.

Fenômeno complexo de múltiplas facetas, a evasão escolar, é alimentada por fatores externos que direta ou indiretamente acabam por contribuir para sua efetividade, como por exemplo os sucessivos cortes no orçamento da área da educação, que comprometem a qualidade dos serviços das instituições de ensino. Isso também afeta as políticas de permanência e êxito, o que contribui para a perda de estudantes matriculados. A corrosão dos recursos públicos em investimentos na área da educação profissional e que interrompe a continuidade do processo de escolarização profissional, a queda das condições de qualidade de vida e que compromete o sucesso ou ascensão na vida profissional do estudante e as

¹ Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 — Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e equipara às Universidades; Decreto nº 7.022/09 - Organiza a Estrutura Administrativa, Operacional e Financeira da Rede Federal e outras providências.

² A matrícula da rede pública na educação profissional cresceu 5,1% no ano de 2016, enquanto a da rede privada apresentou queda de 12,6%. A matrícula de curso técnico integrado ao ensino médio da rede pública apresentou um crescimento de 11% no último ano. Já na rede privada, a matrícula de cursos concomitantes ou subsequentes ao ensino médio, que possuem participação significativa na educação profissional dessa rede, apresentou queda de 12% em 2016. Fonte: INEP Notas Estatísticas – Censo Escolar 2016

dificuldades do ingresso no mercado de trabalho, problemas socioeconômicos das famílias, acabam por contribuir de modo decisivo para a ocorrência da evasão escolar.

Estas inquietações motivaram a vontade de pesquisar sobre a temática do egresso e a evasão. Procurou-se verificar quais são as principais dificuldades encontradas pelos estudantes ao ingressar no IFAP e quais as alternativas que podem assegurar a permanência nos Cursos Técnicos e a saída com finalidades na qualificação profissional alcançadas.

Ao longo da pesquisa alguns indícios sobre as dificuldades acadêmicas enfrentadas pelos estudantes durante o Curso Técnico no IFAP estão na dimensão do ensino-aprendizagem, ou seja, dentre outros, houve indícios de estudantes com baixa proficiência, tendem à evasão.

O assunto da evasão tem gerado novos estudos a cada ano e vem ganhando importância estratégica na gestão educacional. O assunto vem ganhando espaço dentro da Rede Federal na medida que os números da evasão começam a tomar forma, causando preocupação em relação às suas causas e em relação aos efeitos que isso causa sobre a estrutura como um todo. Entender os fatores que interferem na evasão escolar tornou-se assunto prioritário de gestão.

O desenvolvimento deste trabalho tem como objetivo geral, apresentar as análises dos principais fatores que causam o fenômeno da evasão no Instituto Federal do Amapá, *Campus Laranjal do Jari*, e investigar as possíveis causas de evasão nos cursos integrados de Nível Médio em Informática, Secretariado e Meio Ambiente, no ano de 2014, nas turmas com entrada em 2012.1, 2013.1 e 2014.1.

Em relação aos objetivos específicos, busca-se compreender os elementos pedagógicos, sociais e econômicos que são facilitadores da evasão e interferem no processo de ensino-aprendizagem; Investigar e discutir os processos político-pedagógicos que podem se transformar em estratégias de melhoria da qualidade de ensino-aprendizagem para reduzir a evasão nos cursos de Ensino Médio Integrado: Evidenciar o fenômeno da evasão dentro do Instituto Federal do Amapá, *Campus Laranjal do Jari* e por fim, estabelecer uma relação entre a evasão e o desempenho escolar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Assim, o trabalho proposto buscou através de uma revisão bibliográfica e levantamentos de fontes documentais realizar uma retrospectiva sobre a história da Educação Profissional no Brasil, até chegar à expansão da Rede Federal de Ensino, conhecer esta modalidade de ensino e os diversos fatores que levam o estudante a interromper os estudos, ocasionando a evasão escolar. Este estudo, a partir da análise de dados estatísticos produzidos pelo Setor de Registro Escolar do Instituto Federal do Amapá, *Campus Laranjal do Jari*, nos revela a realidade da evasão.

Se a diversidade de situações que podem ser consideradas como evasão já torna o exame do problema bastante complexo, o que dizer quando se introduzem nesse quadro de investigação as causas da evasão? Para Rumberger (2004), um dos mais importantes pesquisadores dessa questão nos Estados Unidos, entender as causas da evasão é a chave para encontrar soluções para o problema. Contudo, as possíveis causas da evasão são extremamente difíceis de serem identificadas porque, de forma análoga a outros processos vinculados ao desempenho escolar, a evasão é influenciada por um conjunto de fatores que se relacionam tanto ao estudante e à sua família quanto à escola e à comunidade em que vive.

A primeira parte deste trabalho trata da Educação profissional de forma abrangente e da Educação profissional no Brasil, com suas características gerais visto que no nosso país a evasão é um fenômeno que está presente em todos os estados e municípios. Em seguida aborda a extraordinária expansão da Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica que se deu nos primeiros anos do nosso século. Após isso é abordado a implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá e sua estruturação e operacionalização, passando pela inserção regional, contexto geográfico e contexto histórico-cultural. Após a contextualização institucional, o trabalho aborda a temática do fracasso escolar, iniciando pela reflexão sobre evasão escolar, seguido pelos processos condicionantes do sucesso escolar. Segue com a apresentação da pesquisa, apresentando Evasão escolar no Instituto Federal do Amapá - *Campus Laranjal do Jari*, a metodologia utilizada, e em seguida a apresentação sobre a Evasão Escolar nos Cursos técnicos de nível médio do IFAP - *Campus Laranjal do Jari* e o Mapa de desempenho de aprendizagem por componente curricular/turma – 1º e 2º bimestre 2014, que evidenciam o baixo rendimento dos estudantes que é um dos grandes fatores que impulsionam a evasão. Após a apresentação destes fatores têm-se as estratégias institucionais para assegurar a permanência e saída exitosa dos estudantes. As considerações finais apresentam as ponderações acerca da evasão no IFAP e apresentam propostas de intervenção.

3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: APROXIMAÇÕES ENTRE TRABALHO E QUALIFICAÇÃO

Desde o surgimento da propriedade privada na antiguidade, eclodiu a sociedade de classes, em que uns se apropriam da terra, assegurando as condições para sobreviver às custas do trabalho daqueles carentes de terras e de condições de subsistência, ocasionando dependência dos povos carentes para com os donos das terras, vivendo em condições sub humanas em sua maior parte. Surge, a partir daí duas formas de educação, uma para a classe ociosa, outra para a população que não fazia parte do grupo ligado ao poder político e econômico, e que trabalhavam na produção e sustento desta elite detentora de terras e demais bens de produção. A medida em que o Sistema Feudal se esvaia, ante ao surgimento dos primórdios do capitalismo, as relações de trabalho passaram a sofrer mudanças importantes, sendo o acesso ao conhecimento básico para melhoria da produção uma de suas necessidades.

Com o advento da Revolução Industrial e o conseqüente fim do modelo econômico e político feudal da idade média, que perdurou por 1000 anos, provocou uma profunda mudança no perfil de trabalhadores do campo, para operários nas fábricas, obrigando a necessidade de preparar estas pessoas em algum ofício, a partir das próprias fabricas, para depois assumir a forma de escolas profissionalizantes, criando-se assim no âmbito do sistema educacional, a modalidade da Educação Básica.

“(...) Enquanto a formação dos que não necessitavam produzir diretamente os meios de vida sempre se deu na escola voltada para dar continuidade aos estudos superiores” (SAVIANI, 1994).

A Educação escolar neste sentido amplia as dualidades sociais que estiveram e estão determinadas na divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. Essa divisão foi característica da educação brasileira desde os primórdios do capitalismo e a divisão social.

Se para a parcela da população que detém a hegemonia política, cultural e econômica, a trajetória escolar se constitui quase sempre no acesso a uma educação básica propedêutica e no ingresso em cursos universitários, para a grande maioria resta como alternativa uma educação básica precária, associada, quando possível, à formação para o trabalho em cursos técnicos e, mais recentemente, em cursos superiores de tecnologia. (Tavares. 2012, p.01)

Na visão socioeconômica capitalista, a opção de cursos técnicos profissionalizantes aparece como alternativa para uma melhor preparação profissional e cidadã para milhares de pessoas jovens e adultos, que precisam ingressar no mercado de trabalho competitivo e tecnológico atual, sem muitas condições materiais de acesso à construção de competências do mundo do trabalho em meio às desigualdades próprias da divisão social.

Atualmente o Brasil vive uma grande escassez de mão de obra qualificada para atender a demanda industrial e comercial, além de áreas estratégicas³, exigindo das instituições de educação profissional, uma qualificação constante e globalizada. Segundo pesquisa realizada

³ A Fundação Dom Cabral realizou a segunda edição da pesquisa Carência de Profissionais no Brasil. O estudo avalia os principais desafios das empresas na contratação de mão-de-obra especializada e compara a evolução dos gargalos existentes nessa área entre 2010, quando foi feita a 1ª edição do estudo, e 2013. A pesquisa, conduzida pelo Núcleo CCR de Infraestrutura e Logística da FDC, consultou 167 empresas de diversos setores da economia, que representam 23% do PIB do país.

pela Fundação Dom Cabral sobre a situação de mercado de trabalho, este fato se delinea por conta de um país que pouco investe no acesso e permanência de crianças e jovens na escola⁴.

Para Santos, este novo profissional:

Diante desse quadro, exige-se um novo tipo de trabalhador: um trabalhador que suporte os aumentos da intensidade do trabalho (realizar em maior quantidade as mesmas operações na mesma jornada de trabalho) e aumente a sua qualificação (realizar operações de novo tipo que exijam maior destreza ou mais raciocínio) uma vez que a produtividade repousa, cada vez mais na utilização do trabalho complexo. (2004, p.85).

Educação Profissional foi criada para atender indivíduos oriundos das classes menos abastadas economicamente da sociedade, com o objetivo de suprir as crescentes demandas de produção industrial, conforme a literatura consultada, era um ramo da educação básica destinada aos “desvalidos da fortuna” (SAVIANI, 1994).

⁴ A primeira edição da pesquisa, de 2010, apontou que 92% das empresas enfrentavam dificuldades para contratar profissionais. A edição de 2013 revela que este quadro mantém-se praticamente inalterado: 91% das empresas continuam a ter dificuldades em preencher seus quadros. Em 2010, os profissionais mais difíceis de contratar eram técnicos (45%), engenheiros (34%) e gerentes de projetos (29%); na edição de 2013, compradores (72%), técnicos (66%) e administradores (65%) são os quadros mais escassos no mercado.

4 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: A FORMAÇÃO DA REDE FEDERAL

Para reconstituir a história da Educação Profissional, vamos iniciar com criação de 19 Escolas de Aprendizes e Artífices em 1909, pelo breve governo de Nilo Peçanha. Neste período foi oficializado o estabelecimento da Rede Federal de Educação Profissional, que era vista como alternativa à ociosidade e tinha como público-alvo os marginalizados, como os pobres, ex-escravos, órfãos e pessoas com deficiência, segundo a legislação educacional. Era considerada alternativa de combate aos altos índices de criminalidade.

Esta estrutura de escolas estava administrativamente subordinada à Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio até 1930. Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (1930), pelo então presidente Getúlio Vargas, a supervisão destas escolas é transferida para esta nova estrutura administrativa de governo.

A partir das décadas de 1930 teve início a emergência da burguesia industrial. Isso levou o Governo a criar na década de 40, o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) em 1942, e posteriormente o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), em 1946. Ambas instituições voltadas à qualificação profissional, com o intuito de formar trabalhadores para atuação nas áreas da indústria e do comércio, notadamente no período subsequente da década de 50, onde de fato incrementou-se o de industrialização, quando empresas multinacionais se instalam no país, o setor industrial ganhou nova feição e passou a demandar trabalhadores qualificados. Ocorre assim a ampliação da Rede Federal.

Com a contínua consolidação da indústria nacional, na Segunda República cresce a demanda por trabalhadores com maior qualificação. Tem-se a substituição do modelo agrário-exportador pelo nacional-desenvolvimentista, e, no governo de Juscelino Kubitschek tem-se a abertura do Brasil à entrada do capital internacional.

No ano de 1961, foi aprovada uma nova LDB de nº 4.024/61 que garantiu a estabilidade ao sistema educacional e a organicidade entre níveis e modalidades de ensino, porém a regulamentação da profissão de Técnico Industrial só aconteceu com a Lei nº 5.524, de 05 de novembro de 1968, que traz a definição deste profissional.

Com o início da Ditadura Militar, em 1964, são firmados diversos acordos internacionais, a fim de assegurar os interesses do capital internacional e da elite política nacional, que tinha como imposição a elevação da escolaridade dos trabalhadores para o desenvolvimento da indústria.

No auge do governo militar foi realizada uma profunda reforma no sistema educacional que determinou por meio das diretrizes de ensino de primeiro e segundo grau Lei n.º 5.692/71, de 11 de agosto de 1971, a estruturação da educação principalmente de nível médio que teria através do princípio da terminalidade a qualificação dos estudantes para o mundo do trabalho, cuja maior expressão centrava-se numa escola preparatória de mão de obra, como capital humano, para suprir os processos de industrialização que fomentavam os setores da economia, via tecnificação dos meios de produção.

A grande prioridade da nova política educacional, fundamentada na Lei de Diretrizes de 1º e 2º graus, buscava a qualificação e formação de contingentes de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho brasileiro, tendo os currículos um núcleo comum de componentes voltados à educação geral, e outra parte diversificada, atendendo assim as especificidades locais. Contudo, trazia em seu bojo um conteúdo ideológico de sustentação do regime político militar da época, e que “buscava a formação integral da cidadania nacional”. Neste período foram criados os cursos de Preparação Para o Trabalho (PPT), que na prática davam subsídios para a continuidade de estudos para satisfazer os interesses da classe dominante encarregada do controle e planejamento do processo produtivo.

A Lei 4.024/61 propôs a equivalência entre Ensino Técnico, que prepara para o ingresso no mundo do trabalho e ensino propedêutico, que prepara para o ingresso no ensino superior. A Lei 5.692/71 tornou obrigatória a profissionalização dos estudantes do ensino secundário.

Na década de 80 deu-se a redemocratização do Brasil. Iniciou-se o processo de Reforma do Estado, sob os ditames neoliberais. Com objetivos de reduzir os gastos públicos e favorecer o empresariado deste ramo de ensino pela rede privada, na década de 1990, o governo Fernando Henrique Cardoso realiza mudanças profundas na legislação educacional que regulamenta o Ensino Profissionalizante.

A década de 80 foi marcada por um período de grandes turbulências políticas no Brasil, consequência do longo período de governo militar, onde neste momento começa o processo de distensão regime e a volta da democracia e do governo civil ao comando do Brasil. É nesse período que surgem movimentos sociais e políticos como, por exemplo, o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), entre diversas organizações civis e políticas que questionavam a estrutura política e econômica social do país naquele momento de transição política.

O processo de abertura política, marcado pelo fim do regime militar, em 1984, ganha nova dimensão com a eleição de uma assembleia nacional constituinte, cujo produto foi a nova Constituição Federal, promulgada em 1988, resultado de uma grande discussão nacional sobre a vida do País.

Assim, um amplo debate envolvendo todos os setores da sociedade brasileira construiu uma proposta de LDB que tratava da Educação como um todo, através da criação de um Sistema Nacional de Educação.

Na década de 90 deu-se a Reforma do Estado, com sucateamento, e posterior privatização de instituições estatais, e com a terceirização de serviços públicos. Ocorreram reformas educacionais diversas.

A partir dos anos 1990, algumas escolas técnicas e agrotécnicas federais tornaram-se CEFET's, formando a espinha dorsal do sistema nacional de educação tecnológica, instituído em 1994.

A Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, trata sobre a criação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs, que foram regulamentados através de Decretos específicos para cada instituição e em função das regras do Ministério da Educação, considerando a infraestrutura física e técnico-pedagógica de cada instituição.

A Lei 9.394, sancionada em 20 de novembro de 1996, trata a Educação Profissional num capítulo específico separado da educação básica, propõe uma intervenção social crítica e qualificada para tornar-se um mecanismo para favorecer a inclusão social e a democratização dos bens sociais de uma sociedade. Além disso, traz o conceito de certificação profissional, que permite o reconhecimento dos saberes adquiridos fora do ambiente escolar.

Devido ao enfraquecimento do governo militar na década de 80, com o movimento das diretas já e com as mudanças políticas que se iniciaram nesse período, levantou-se a necessidade de uma reformulação da Constituição Federal. A reboque desses acontecimentos, também se deu início a discussão sobre a necessidade de uma reestruturação nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação de 1961. O debate em torno da Educação, se intensificou através das discussões promovidas em Congressos, Encontros e Simpósios sobre Educação. As comunidades acadêmicas e científicas traziam novas reflexões e discussões acerca de diferentes tipos de sociedade, concepções de mundo, de homem, de Estado, que levavam as forças sociais progressistas, entidades educacionais e educadores a buscarem uma nova

legislação que pudesse atender as necessidades da escola primária, fundamental e média. Os eventos educacionais impulsionaram as discussões e fizeram aflorar a necessidade da reformulação da LDB. Foi então que se sancionou a LDB em 20 de dezembro de 1996

A proposta da implementação da LDB 9.394/96 tinha como seu pilar ideológico proporcionar o acesso igualitário à todas as pessoas e com uma educação de qualidade para a formação das gerações escolares que ingressassem no sistema de ensino. Ao mesmo tempo, puxa para a esfera pública governamental a responsabilidade de sistematizar e normalizar

Uma nova reforma ocorreu na Educação Profissional e foi regulamentada pelo Decreto nº 2.208, de 17 e abril de 1997. A partir de então essa modalidade de ensino passa a integrar as diferentes normas de educação e trabalho, ciência e tecnologia, com o objetivo de atender o aluno matriculado ou o egresso do ensino básico, do nível superior, bem como os trabalhadores em geral.

Cunha, ao analisar essa reforma da Educação Profissional, destaca que o decreto 2.208/97 representava um retrocesso em matéria de política educacional, pois criou:

[...] um sistema de educação profissional paralelo ao ensino regular e educação geral, fazendo a estrutura da educação brasileira retornar aos anos 40, quando da promulgação dos Decretos-leis relativos ao ensino médio – chamados de “leis” orgânicas (2002, p. 103).

Neste contexto cabe à Educação Profissional formação do trabalhador segundo os interesses do mercado. O público-alvo é o jovem trabalhador visando o ingresso no mercado de trabalho imediatamente após a conclusão do curso técnico.

No ano de 1998, uma decisão administrativa do governo federal proíbe a construção de novas escolas federais.

Ao mesmo tempo, toma um conjunto de medidas através de atos normativos o direcionamento de oferta de vagas dessas instituições, preferencialmente para cursos superiores e, contraditoriamente, ensino médio regular, remetendo a oferta de cursos técnicos à responsabilidade dos estados e da iniciativa privada. Embora tenha ocorrido resistência por parte dessas instituições, a separação do ensino técnico do ensino médio regular e a orientação de priorizar o ensino superior acentuaram as segmentações existentes até então.

Entre os anos de 1995 até 2002, o Brasil passou por um período de aprofundamento da globalização homogeneizada e da hegemonia de políticas públicas neoliberais que desregulamentaram a economia pública, por meio da privatização de áreas públicas (empresas) antes controladas pelo Estado; ainda subjacente às mudanças acontecia a flexibilização econômica e monetária, compreendendo as administrações federais de Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique, que juntos alteraram o papel do Estado, passando de executor de políticas públicas para gestor de políticas públicas .

Embora não seja o foco uma análise mais aprofundada desta visão neoliberal de economia no escopo deste trabalho, é mister ressaltar alguns pontos fundamentais dentro deste cenário. Em seu artigo *O Mundo do Trabalho após a Doutrina Neoliberal no Brasil: Privatização e Flexibilização no Contexto de Crise Econômica*, a professora Isabella Cardoso, traça uma breve análise deste período histórico que viveu o Brasil, resumindo em poucas a essência da política neoliberal observada no Brasil neste período:

“(…) os propósitos do neoliberalismo incluem a fidelidade e defesa dos interesses das elites econômicas, ao se aumentar substancialmente o número de privatizações de empresas, bem como, de facilitar a entrada de capitais especulativos, obedecendo, assim, à dinâmica financeira das grandes empresas. Tais características contribuíram para a redução dos poderes do Estado sobre a economia, reservando sua atuação apenas em momentos de crise aguda do sistema. Neste período, o Estado passa ter

sua atuação minimizada, tendo acesso apenas aos seguintes setores: educação, segurança e saúde” (CARDOSO, 2016).

Este processo de reestruturação da economia gerou uma necessidade de repensar a formação técnica para o mercado brasileiro através de uma melhora na estruturação do Ensino Profissional ofertado.

O Ensino Técnico e Tecnológico passou a ser estruturado como um sistema paralelo ao sistema regular. Essa medida reforça a dualidade existente entre a Educação Profissional e ensino propedêutico para o ensino superior.

O Decreto 2.208/97 cria matrizes curriculares distintas e a obrigatoriedade de matrícula para o estudante que deseja formar-se técnico: uma no Ensino Médio e outra no Ensino Técnico, podendo ambos ocorrer em épocas ou instituições de ensino diferentes.

O reforço a dualidade estrutural ocorre para atender a três objetivos básicos: a) Evitar que Escolas Técnicas formem profissionais que sigam no Ensino Superior ao invés de ingressarem no mercado de trabalho, b) tornar os cursos técnicos mais baratos, tanto para a rede pública quanto para os empresários da Educação Profissional que desejam oferecer mensalidades a preços competitivos, e c) promover mudanças na estrutura dos cursos técnicos, de modo que os egressos possam ingressar mais rapidamente no mercado de trabalho e que as instituições de ensino possam flexibilizar os currículos adaptando-se. (Tavares. 2012, p.08).

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, busca abranger um maior número de estudantes com acesso à uma formação profissional, buscando um ingresso qualificado no mercado de trabalho.

A Educação Profissional está presente numa vasta rede diferenciada, com diversificadas fontes de financiamento, composta por:

- Ensino Médio e técnico, incluindo redes federal, estadual, municipal e privada;
- Sistema "S", que inclui os Serviços Nacionais de Aprendizagem e de Serviço Social mantidos por contribuições sociais de empresas privadas: Senai/Sesi (indústria), Senac/Sesc (comércio e serviços, exceto bancos); Senar (agricultura); Senat/Sest (transportes); Sebrae (de todos os setores para atendimento de micro e pequenas empresas), SESCOOP (recém-criado, abrangendo cooperativas de prestação de serviços);
- Universidades públicas e privadas, que oferecem, além da graduação e da pós-graduação, serviços de extensão e atendimento comunitário;
- Escolas e fundações mantidas por grupos empresariais (além das contribuições que fazem ao sistema "S" ou utilizando isenção);
- Organizações não-governamentais de cunho religioso, comunitário e educacional.

Este leque de opções de instituições de formação profissional, contribuem para a retenção de parte de estudantes que estariam avançando para o Ensino Superior, mas que por necessidade de auto sustentação necessitam um ingresso mais rápido e qualificado no mercado de trabalho.

4.1 A Expansão da Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica

No Início do século XXI deu-se a composição de um governo democrático-popular, alinhado mais à classe trabalhadora do que aos setores detentores do *status quo*. Portanto, as

medidas adotadas seguem na contramão das políticas neoliberais, predominantes anteriormente. Além de todas as medidas que impulsionaram os avanços das conquistas dos direitos sociais, deu-se a retomada do investimento público nas instituições federais de ensino, com a intenção de promover o desenvolvimento do país por meio da oferta de ensino, pesquisa e extensão, em sintonia com as demandas dos Arranjos Produtivos Locais.

Efetivou-se uma profunda reformulação da Rede Federal, com a implantação de novas unidades de ensino, através da Lei 11.892/08, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

A expansão da Rede Federal da forma como vem sendo executada é algo sem precedentes na história do Brasil. (...) O mérito desta política no que tange à democratização do acesso ao Ensino Profissional e ao Ensino Superior, e principalmente o avanço representado pela interiorização dos cursos e instituições de ensino que, via de regra, concentravam-se nas capitais e regiões litorâneas do país". (Tavares. 2012, p.17)

No bojo desta reformulação da Educação Profissional, é importante citar o papel do Decreto 5154/04 que estabelece a concomitância da Educação Profissional com o Ensino Médio Regular, permitindo uma formação mais equilibrada entre a formação técnica e a parte humana e ampliando a visão de mundo do estudante, Isso de certa forma reforça o modo como se desenvolve o ensino dentro da Rede Federal, e talvez seja seu grande diferencial, pois, dá a formação profissionalizante e ao mesmo tempo contribui para a construção de uma visão mais crítica de mundo.

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia aconteceu pela transformação das Escolas Técnicas Federais e criação de novas instituições, que, além de prosseguirem com a oferta de Ensino Técnico-Profissionalizante, passaram a oferecer Ensino Superior.

O governo Lula, que foi sucedido pela Presidenta Dilma Rousseff, foi marcado pelo grande volume de programas sociais voltados às camadas mais pobres da população. A conquista de relativa estabilidade econômica e a descoberta de grandes reservas de petróleo criaram a expectativa de crescimento da economia no médio e longo prazo. (Tavares. 2012, p.09)

Os critérios para a distribuição dos *campi* dos Institutos Federais pelo Brasil priorizavam o interior do país, municípios com mais de 50 mil habitantes, em microrregiões onde não existiam escolas da rede federal e municípios com elevado percentual de extrema pobreza ou municípios que, embora tivessem mais de 80 mil habitantes, arrecadaram pouco e, portanto, com dificuldade de investir em educação.

A definição das cidades-polo ocorreu com base nos seguintes critérios, segundo a SETEC: 1. Distribuição territorial equilibrada das novas unidades; 2. Cobertura do maior número possível de mesorregiões; 3. Sintonia com os Arranjos Produtivos Locais; 4. Aproveitamento de infraestruturas físicas existentes; (Fonte: BRASIL/C, 2012).

Pela decisão de investimento público nas instituições federais de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica passou por uma expansão, juntamente, com as universidades federais (18 novas). Segundo Tavares,

Depois de assumir a Presidência da República, no ano de 2003, o governo Lula da Silva imprime à Rede Federal um novo e importante impulso na direção da sua expansão. Durante quase um século (1909 a 2002) foram construídas 140 instituições de Educação Profissional e Tecnológica no país, de 2003 a 2010 o MEC

se propõe a construir 214 novas unidades federais, o que significa uma ampliação de 150% num intervalo de oito anos. A Fase II foi marcada pelo slogan “Uma escola técnica em cada cidade-polo do país”. Nesta etapa, lançada em 2007, previa-se a instalação de 150 novas unidades de ensino, que somadas a outras 64 já contabilizadas na Fase I, atingiriam o total de 214 anunciado pelo governo Lula da Silva. Em agosto de 2011, dando sequência à expansão da Rede Federal iniciada pelo governo Lula da Silva, a Presidenta Dilma Rousseff anuncia a Fase III. (Tavares. 2012, p.15)

Linha do Tempo da Criação/federalização das Escolas Técnicas

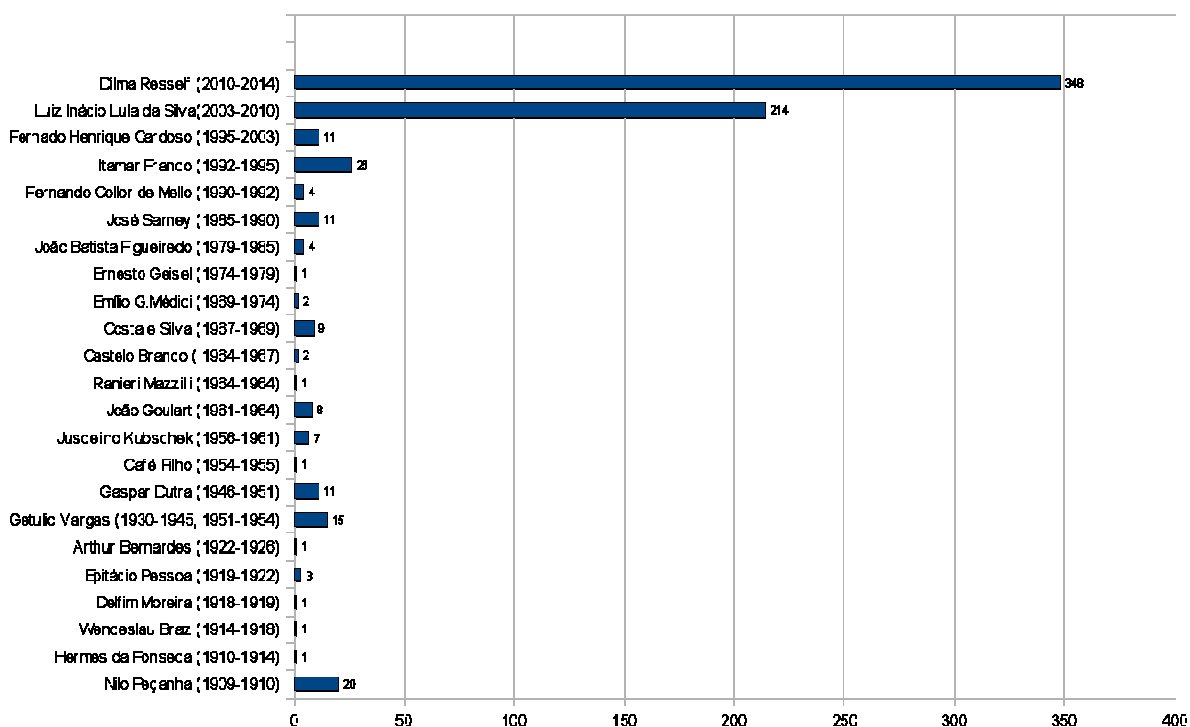


Figura 1 – Cronologia da Expansão da Rede Federal

Fonte: SETEC/MEC

A própria ampliação e diversificação das instituições federais de Ensino Superior pode apresentar-se como uma ação estratégica com resultados positivos para a sociedade brasileira.

Até o ano de 2003 existia no Brasil um total de 140 escolas federais de educação profissional. Estas escolas totalizavam uma oferta estimada de 140.000 matrículas em educação profissional em diferentes modalidades. Atualmente existem 562 escolas federais que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, que está presente nos 27 estados federativos do Brasil, atendendo aproximadamente 700.000 matrículas. Com investimentos na ordem de R\$ 6 bilhões, voltados exclusivamente para a educação profissional. A Rede Federal conta com um corpo técnico de aproximadamente 17 mil professores e cerca de 16 mil técnicos administrativos.

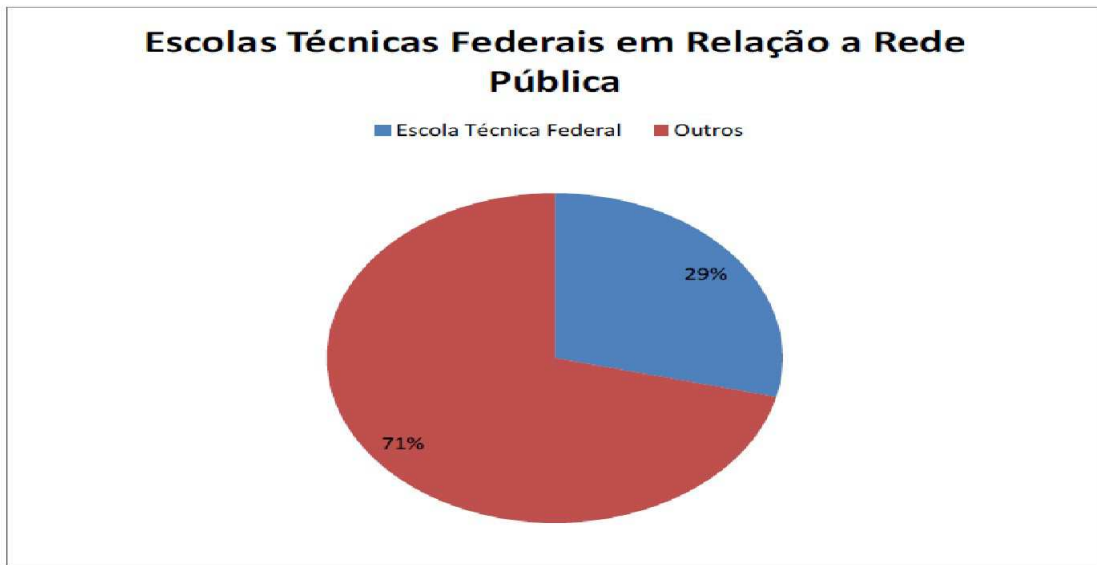


Figura 2 – Participação da Rede Federal no Cenário do Ensino Técnico
 Fonte: SETEC/MEC

O acelerado crescimento da Rede Federal, colocou em evidência a necessidade de discutir uma nova reestruturação dessas organizações, bem como de explicitar seu papel de agente de desenvolvimento educacional e socioeconômico.

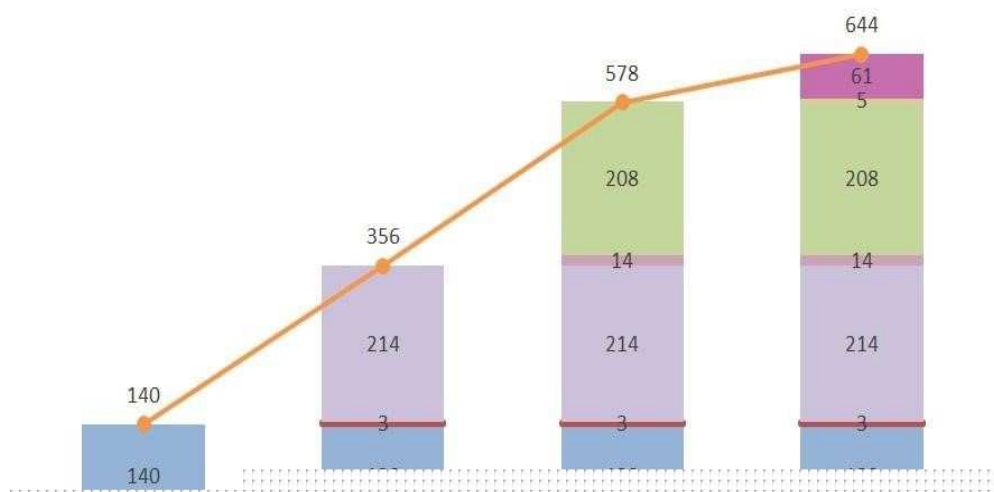


Figura 3 – Crescimento do Número de Escolas Técnicas
 Fonte: SETEC/MEC

O estudo desenvolvido por Domingos Leite Lima Filho, intitulado *Quê formação para emprego? quê emprego? Concepções e impactos das políticas públicas para a educação e formação de trabalhadores no Brasil*⁵ apresenta uma análise sobre o assunto, ressaltando alguns aspectos que norteiam as políticas públicas aplicadas à formação profissional. O autor

⁵ Trabalho apresentado ao IV Congresso Latino-americano de Sociologia del Trabajo, La Habana, Cuba, 9 a 12 e setembro de 2003.

afirma que a produtividade, o crescimento econômico e a mobilidade social estariam determinadas em função da inovação tecnológica, valor chave para a competitividade internacional. (LIMA,2002). Quando foi escrito esta análise, a expansão da Rede Federal estava ainda limitada à 140 escolas técnicas federais, muito aquém dos atuais 644 unidades federais ativas ou em implantação no Brasil, presentes em 568 municípios em 2016.



Figura 4 – A Rede Federal
 Fonte: SETEC/MEC

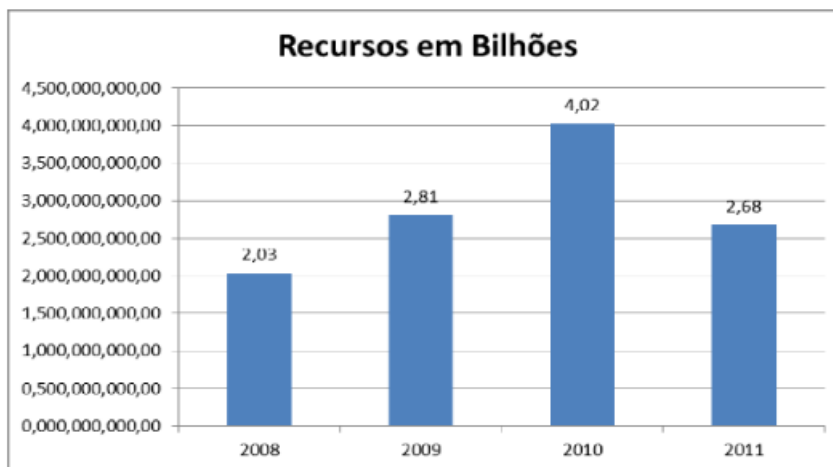


Figura 5 - Matrículas no Brasil e Investimentos: Ensino Médio e Ensino Técnico
 Fonte: Siga Brasil/MEC

4.2 A Implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá e sua Estruturação e Operacionalização

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP oriundo da antiga Escola Técnica Federal do Amapá, instituída pela Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007. Foi criado como entidade de natureza autárquica, vinculada ao Ministério da Educação, nos termos da Lei nº 3552, de 16.02.1959. Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892 transforma a ETFAP em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP, vinculado ao Ministério da Educação, com natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e

disciplinar. E, através da Portaria MEC 021/2009 de 07 de janeiro de 2009, é nomeado o professor Emanuel Alves e Moura, como Reitor Pró-Tempore desta autarquia.

O Instituto Federal do Amapá é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multi Campi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.

Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior, é equiparado às Universidades Federais.

O Instituto Federal do Amapá com sua estrutura descentralizada pluricurricular e *multi Campi*, tem os seguintes domicílios, a) Reitoria; b) *Campus* Macapá; c) *Campus* Laranjal do Jari d) *Campus* Santana; e) *Campus* Porto Grande; *Campus* Avançado do Oiapoque e f) centro de Referência de Água Branca do Amapari.

O IFAP tem por finalidades e características, dentre outras coisas, ofertar educação básica, profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

4.3 Inserção Regional

No plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, o estado do Amapá apresenta dois municípios de suma importância no contexto do desenvolvimento da região: Macapá por ser a capital e possuir a maior concentração demográfica do Estado, 59,5%, cerca de 397.913 habitantes, dispõe de toda infraestrutura necessária à implantação do Instituto, e o município de Laranjal do Jari, o terceiro em concentração populacional, com 39.805 habitantes, integra a região do Vale do Jari, formada com o município de Vitória do Jari (12.445 hab.). Por outro lado, a sede do município de Laranjal do Jari faz fronteira com o município de Almeirim-PA (33.665 hab.), tendo como divisa o rio Jari, qualificando-a como cidade gêmea com Monte Dourado.

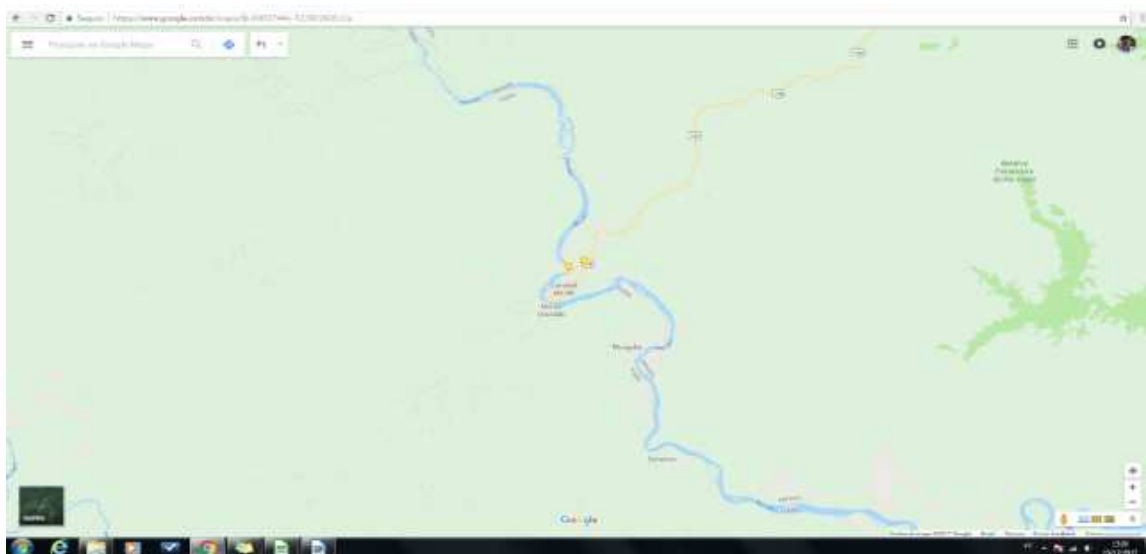


Figura 6 - O Vale do Jari, Laranjal do Jari, AP

Fonte: Google Maps (<https://www.google.com.br/maps/@-0.8317444,-52.5022426,11z>)

Em 2008, o Governo Federal lançou o programa territórios da cidadania, tendo como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Assim, o município do Laranjal do Jari passa a constituir o Território da Cidadania Sul do Amapá, que abrange uma área de 46.787,90 Km² e é composto por 3 municípios: além de Laranjal do Jari compreende Mazagão e Vitória do Jari. A população total do Território Sul é de 62.118 habitantes, dos quais 9.556 vivem na área rural, o que corresponde a 15,38% do total. Possui 680 agricultores familiares, 3.537 famílias assentadas e 2 terras indígenas, formadas pelos povos Waiãpi, Wayana, Apalaí, Katxuyana, Tiriyó. Alguns desses povos encontram-se na divisa com o Estado do Pará. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio da região é 0,70.

Por esse enfoque, a implantação do *Campus* de Laranjal do Jari poderá atender, não somente a demanda do município onde o Instituto foi implantado, como também a região do Território da Cidadania Sul do Amapá e Monte Dourado/PA.

4.4 Contexto Geográfico

Situado no norte do País, o estado do Amapá tem uma superfície territorial de 142.814,585 Km², ocupados por 668.689 mil habitantes distribuídos em 16 municípios com a densidade demográfica de 4,682 hab./km².

O estado do Amapá possui, na sua totalidade, 16 municípios. Essa superfície territorial corresponde a 1,6% do Brasil e a 3,6% da Região Norte; o Estado faz fronteira com o Pará, o Suriname e a Guiana Francesa. Apesar de ser relativamente pequeno, se comparado com outros Estados da Amazônia, o Amapá concentra uma das maiores diversidades em ambientes naturais, pois pertence a dois grandes domínios geográficos: o amazônico e o oceânico, o que lhe atribui características muito particulares quanto à formação e estruturação de seus ambientes naturais. Pela sua localização privilegiada e estratégica, situa-se na interconexão dos mercados locais e internacionais.

O Amapá exibe 14 milhões de hectares com diversos ecossistemas. A floresta tropical e de várzea, o cerrado, os manguezais e os campos inundáveis, as montanhas e os imensos lagos compõem um cenário que o projeta para o turismo. A biodiversidade cultural é uma realidade, em especial se considerarmos a presença no seu território, de aproximadamente 5 mil índios.

O Amapá é o estado brasileiro que possui a maior preservação da cobertura vegetal original, que corresponde a 98% de mata preservada, formada por florestas tropicais. Ele é rico em recursos naturais, e sua biodiversidade e localização privilegiada lhe conferem importância estratégica para futuros investimentos sustentáveis.

A recente ocupação do território do estado do Amapá esteve condicionada a um crescimento demográfico acumulado entre 1960 e 2007 da ordem de 757%, e na última década com um aumento de 4,02% médio ao ano. Este forte crescimento populacional foi impulsionado pela elevação a condição de Estado pela Constituição Federal de 1988, e também com a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana. Isso provocou um processo migratório significativo, agravando ainda mais o quadro desorganizado de urbanização que já vinha ocorrendo, principalmente com a ocupação das áreas de ressaca.

O grande crescimento populacional esteve relacionado com a chegada de um contingente migratório proveniente principalmente dos estados do Pará, Maranhão, Ceará e, recentemente, da região sul do Brasil na sua maioria sem qualificação profissional, vivendo do subemprego e no mercado informal ou com a ocupação de terras favorecidas pelo programa de assentamento do Governo Federal para as zonas urbanas.

4.5 Contexto Histórico-Cultural

Atualmente a população do estado do Amapá, segundo cor e/ou raça é formada por brancos, negros pardos ou mestiços (na sua maioria) e índios, além de cidadãos oriundos de todas as regiões do Brasil, o que resulta em uma grande diversidade cultural. A composição da estrutura etária do Amapá, segundo dados do IBGE (2010) está demonstrada no gráfico abaixo.

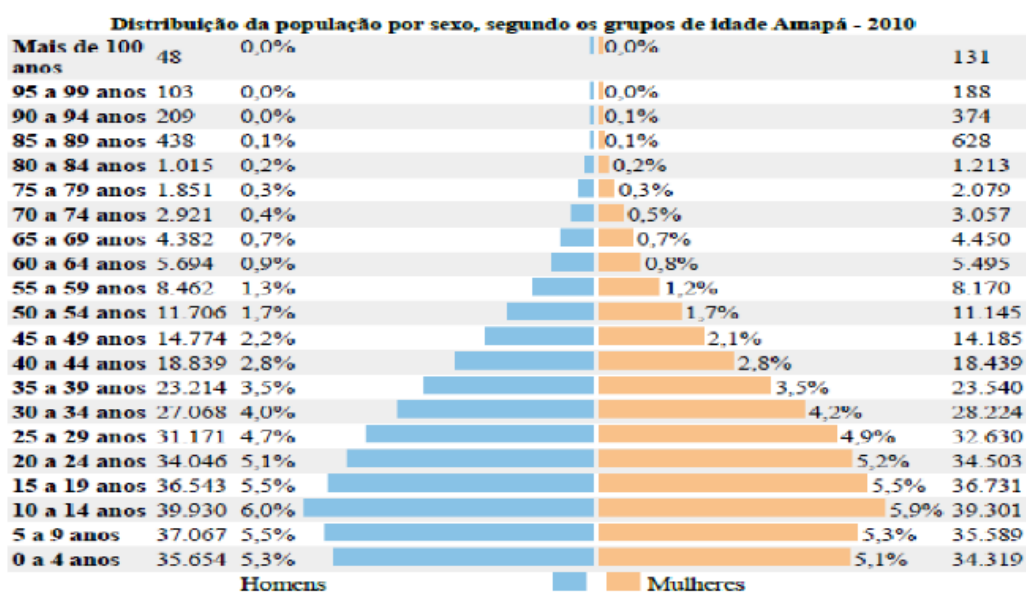


Figura 7 – Distribuição da População Amapá

Fonte: IBGE, 2010

A composição da população do estado do Amapá, é essencialmente formada por migrantes oriundos fundamentalmente do Pará, Maranhão, Ceará e em menor número de sulistas (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), que buscam uma melhor condição de vida e de trabalho e terras cultiváveis.

5 FRACASSO ESCOLAR

O fracasso escolar, segundo Snyders (2005), é o fracasso escolar da política vigente. Esse autor considera que a abertura política proporcionou ao campo educacional brasileiro, uma abordagem que privilegiou a construção de uma sociedade democrática e esta, por sua vez, superaria as relações sociais capitalistas.

Entretanto, a escola parece ter recebido como função, posta por uma sociedade capitalista, a qual apresenta na sua estrutura, uma ideologia de desigualdade: a de reclassificar os estudantes de diferentes classes sociais, tendo como critério suas motivações e potencialidades inatas. Essa função não é explicitada, porém ao discutir o fenômeno do fracasso escolar, uma das primeiras explicações que surge, está relacionada à origem social do estudante.

É inegável o processo de democratização do sistema educacional brasileiro. Assim, as pessoas menos favorecidas financeiramente estão tendo mais acesso à escola por meio do aumento da oferta de vagas nas unidades de ensino. Entretanto, cabe considerar que somente o acesso não garante ao aluno êxito na continuidade de seus estudos.

Segundo Connel (1999) jovens, vindos de famílias pobres, são, em geral, os que têm menos êxito se avaliados através dos procedimentos convencionais de medidas. Isto porque, perde-se a função da escola no que tange à responsabilidade de transmitir o saber, associado às trocas de experiências entre os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, a escola necessita inovar e adotar como subsídio à proposta pedagógica e curricular, a troca múltipla de experiências num processo criativo e isso, por conseguinte, poderá nortear as experiências por meio mútuo dos conhecimentos compartilhados. Nesse sentido, acompanhar o aluno em todo o seu aprendizado, enquanto sujeito individual e social ainda constitui uma prática válida no sistema educacional. Assim, todo o saber – fomentado em sala de aula e na troca de experiência entre educando e educador, passa a ser relevante no tocante à construção de um modelo de ensino-aprendizagem (CASTRO, 2006).

Gagné (1974, p.55) em seu texto sobre como realizar a aprendizagem, afirma que “a experiência é o maior dos mestres”. Dessa forma, não se pode adotar a postura do “fazer de conta” no que tange ao conhecimento, bem como não se pode desprezar as experiências do aluno, sejam elas empíricas ou cognitivas, uma vez que estas já fazem parte do seu contexto social, até porque o sujeito se encontra em constante formação e desenvolvimento psíquico.

Esse processo abarca em sua dimensão geográfica, um olhar crítico e reflexivo acerca dos fenômenos, fatos e processos sociais que têm desencadeado diversas leituras de mundo. É a partir desse olhar aguçado que o indivíduo constrói os seus próprios conceitos acerca da complexidade que é a convivência entre seres em formação.

Segundo Cortella (2006) a educação, como direito objetivo de cidadania, fortalece a percepção de que, no momento em que as classes trabalhadoras passam a frequentar mais amiúde os bancos escolares, os paradigmas pedagógicos, em execução, passam a ser insuficientes para dar conta plenamente desse direito social e democrático.

5.1 Evasão Escolar

O abandono à escola é composto pela conjugação de várias dimensões que interagem e se conflitam no interior dessa problemática. Dimensões estas de ordem política, econômica, cultural e de caráter social. Dessa maneira, o abandono escolar não pode ser compreendido, analisado de forma isolada. Isto porque, as dimensões socioeconômicas, culturais,

educacionais, históricas e sociais entre outras, influenciam na decisão tomada pela pessoa em abandonar a escola.

Neves (2007) aponta que esse problema continua sendo visto como um fato isolado e psicológico, ou seja, como consequência de um problema individual próprio da criança ou do jovem que fracassa. No entanto, de acordo com o autor, a explicação de que a evasão escolar e a repetência são causadas por problemas individuais, não consegue esclarecer porque isso continua acontecendo em grande escala, com um número significativo de jovens oriundos de classes menos favorecidas economicamente.

Um desserviço à profícua abordagem da temática da evasão escolar é considerar que o estudante, com seus problemas individuais, é o responsável por ela. É uma visão reducionista da questão.

Uma análise mais apurada revela que os estudantes apresentam defasagem no aprendizado em decorrência de uma série de fatores. Por um lado, questões relacionadas à dificuldade dos próprios alunos, por outro, pela falta de condição, preparo e formação do professor para fazer frente às necessidades dos estudantes. Se não existe um domínio do conteúdo, não tem como seguir com os demais conteúdos. Se um estudante apresenta um pouco mais de dificuldade de compreensão de certo conteúdo, necessita de um acompanhamento especializado por parte do docente e equipe pedagógica.

Nesse mesmo sentido de ideias, Melo (1987) assinala como fato amplamente conhecido que as crianças e os jovens pobres são as que mais repetem e abandonam a escola. Em oposição a essa população, há outros grupos sociais para os quais:

Cursar o ensino médio é algo tão natural quanto comer, tomar banho etc. E, muitas vezes, sua motivação está bastante associada à possibilidade de recompensa (seja por parte dos pais ou pelo ingresso na universidade). A questão está naquele grupo social para o qual o ensino médio não faz parte nem de seu capital cultural nem de sua experiência familiar e, por isso, o jovem desse grupo, geralmente não é cobrado para continuar estudando. É aí que está o desafio de criar a motivação pela escola (KRAWCZYK, 2009, p.9).

Tal situação levou o Brasil a desenvolver diversas estratégias com a finalidade de enfrentar, mesmo que de forma paliativa, os problemas que emergem do setor educacional. Sabe-se que a ampliação das matrículas no ensino fundamental, sobretudo, é algo concreto, entretanto, políticas públicas efetivas que possibilitem a permanência das crianças, dos jovens e dos adultos na escola é um entrave de grande porte, o qual ainda persiste.

O número de matrículas tem aumentado nos últimos anos em todos os níveis e modalidades da educação. No entanto, o contingente de estudantes que concluem o ensino fundamental e médio continua sendo inferior ao número de matrículas. Isto é, o percentual de evadidos é maior do que o dos que ingressam na rede de ensino.

A evasão não diminuiu significativamente ao longo dos últimos. Krawczyk (2009, p.9) afirma que:

A evasão, que se mantém nos últimos anos, após uma política de aumento significativo da matrícula no ensino médio, nos revela uma crise de legitimidade da escola que resulta não apenas da crise econômica ou do declínio da utilidade social dos diplomas, mas também da falta de outras motivações para os alunos continuarem seus estudos.

Isto porque, a evasão escolar não é um problema restrito aos fenômenos intraescolares, uma vez que reflete as profundas desigualdades sociais existentes em nosso país e se constitui como um problema social. A situação é alarmante, principalmente por se

tratar de uma parcela jovem da população que está excluída dos bens culturais da sociedade. Além disso, encontra-se fora do mercado de trabalho, por não atender às exigências da sociedade hodierna, cada vez mais integrada à globalização e aos ditames do projeto neoliberal no que diz respeito à qualificação da mão-de-obra.

Nessa perspectiva, o Governo Federal cria pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, e institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; assim como o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude. Alguns dispositivos constantes nessa Lei são revogados pela Lei nº 11.692 de 10 de junho de 2008, como por exemplo, amplia a faixa etária do público alvo a ser atendido de 18 a 24 anos para 18 a 29 anos. Isso permite uma melhoria na preparação profissional do jovem, contribuindo para seu crescimento socioeconômico.

Para além desse programa, o MEC propõe a reestruturação e expansão no ensino médio (GT Interministerial instituído pela Portaria nº 1.189 de 05 de dezembro de 2007 e a Portaria nº 386 de 25 de março de 2008) que tem como ponto central da proposta, o ensino médio integrado, o qual seria segundo (Krawczyk, 2009, p. 16) uma “alternativa de ruptura com a histórica dualidade entre formação propedêutica e profissionalizante, que tinha se aprofundado na reforma dos anos 1990”.

Para o MEC (2008) a articulação do ensino médio “com a educação profissional técnica de nível médio constitui uma das possibilidades de garantir o direito à educação e ao trabalho qualificado”.

Vale investigar as causas do fracasso da/na escola. Segundo FONSECA (1995), fatores socioeconômicos e de privação cultural, e os fatores escolares ou de ensinagem são os mais citados.

Sendo que os principais segundo o autor são Carências afetivas; Deficientes condições habitacionais, sanitárias, de higiene e de nutrição; Pobreza; Fraca interação sócio-lingüística; Privações lúdicas, psicomotoras, simbólicas e culturais; Ambiente repressivos; Nível elevado de ansiedade; Relações interfamiliares; Métodos de ensino impróprios e inadequados.

Ainda é cedo para se fazer alguma avaliação sobre o ensino médio integrado, entretanto sabemos que o alvo das críticas a todos os programas concerne à descontinuidade das suas ações e a sobreposição destas. Outrossim, não podemos negar que esses programas são exemplos de estratégias materializadas pelo governo federal em parceria com os entes federados para reduzir o número significativo do contingente de jovens que estão fora das escolas ou as abandonaram em algum momento da sua trajetória estudantil. São programas que objetivam criar condições para que essas pessoas possam ingressar de forma imediata no mercado de trabalho.

A evasão escolar tem sido associada a situações diversas como a escolha de outra escola, um trabalho, o desinteresse pela continuidade de estudos, problemas na escola, problemas pessoais ou problemas sociais.

Na perspectiva do indivíduo, o background familiar (nível educacional dos pais, renda familiar e estrutura da família) é, reconhecidamente, o mais importante fator isolado para o sucesso ou para o fracasso do estudante em algum ponto de seu percurso escolar (...) Na perspectiva da escola, dentre os fatores que podem ser relacionados à saída/evasão ou à permanência do estudante na escola, distinguem-se: a composição do corpo discente, os recursos escolares, as características estruturais da escola, e os processos e as práticas escolares e pedagógicas. (DORE e LUSCHER, 2011, p. 05-06)

A questão da evasão escolar está presente nos debates e reflexões sobre a educação brasileira, ocupando espaço e importância no cenário das políticas públicas educacionais. As dificuldades de acesso e permanência na educação básica são dificuldades desafiadoras dentro

do sistema educacional do Brasil. No que se refere a educação, a legislação brasileira determina a responsabilidade da família e do Estado no dever e orientar a criança em seu percurso sócio educacional. A LDB – Lei 9.394/96 é bastante objetiva a este respeito.

Art. 2º. A educação dever da família e o Estado, inspirada nos princípios de Liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício a cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Embora exista todo um arcabouço legal em torno do assunto, observa-se que a educação ainda não conseguiu atingir plenamente todos os cidadãos, da mesma forma que a conclusão dos estudos ainda é algo um pouco distante para milhares de brasileiros, que por inúmeros motivos não chegam ao final do ciclo de estudos. Assim sendo, desenvolver mecanismos de combate e prevenção à evasão escolar, é uma tarefa difícil e deve ser analisada, planejada e executada, tornando-se um desafio para gestores públicos e privados ligados às políticas educacionais, buscando saídas para a retenção destes estudantes dentro o sistema educacional.

Buscar diagnosticar o problema e buscar possíveis soluções, com o intuito de proporcionar o retorno efetivo do aluno à escola. Segundo Vial (1979), a atitude moralista, que atribuía a culpa simplesmente a própria criança, teve que ser ultrapassada quando os conhecimentos científicos mostraram que fatores diversos poderiam estar dificultando a permanência dos estudantes na escola.

A complexidade do processo de evasão demanda soluções também complexas, de difícil execução e que envolvem a participação de diversos agentes sociais. A maior parte dos estudos propõe como o encaminhamento mais adequado para o problema a “prevenção”, identificação precoce do problema e acompanhamento individual daqueles que estão em situação de risco (DORE e LUSCHER, 2011, p. 06)

O fenômeno da evasão escolar não é provocado exclusivamente por fatores existentes dentro da escola; ao contrário, a maneira como a vida se organiza fora da escola é um fator decisivo. Desse modo, a evasão escolar é, sem dúvida, um dos mais graves problemas enfrentados pelo sistema educacional brasileiro, que além da própria evasão, convive paralelamente com o fantasma no analfabetismo.

Os principais fatores que conduzem à evasão escolar são: questões socioeconômicas e deficiência de formação na educação básica.

A opção pelo tema da evasão está vinculada a dois motivadores básicos, o primeiro relaciona-se ao fato da minha formação acadêmica em pedagogia e de atuar como pedagogo, no IFAP - Instituto Federal do Amapá, *Campus* Laranjal do Jari, na cidade de Laranjal do Jari, Amapá, e vivenciando o problema da evasão que está presente, o que faz com que tenha uma visão mais próxima da realidade e dos efeitos que este fenômeno causa sobre os envolvidos.

Causa ansiedade e até mesmo certa frustração profissional perceber a perda gradativa e acumulativa de estudantes que têm suas carreiras acadêmicas interrompidas abruptamente, em virtude de um conjunto de fatores que interferem no processo de formação escolar.

De acordo com Arroyo (1997, p. 23), na maioria das causas da evasão escolar, a escola tem responsabilidade de apontar a desestruturação familiar, e o professor e o aluno não têm responsabilidade para aprender, tornando-se um verdadeiro jogo de empurra. Significa que muitas vezes a escola identifica problemas de ordem familiar, sem contudo, tomar nenhuma ação proativa ou de apoio àquele aluno, buscando colaborar para que este supere suas dificuldades. Da mesma forma, em muitos casos, o docente mesmo percebendo o problema, omite-se em tomar qualquer ação que objetive dar condições deste aluno superar seus problemas ou até mesmo dando-lhes condições de continuidade de seus estudos na classe.

Evidentemente sabe-se que a escola é um receptário das mazelas e injustiças sociais que a cercam, o que por si, exige que haja uma nova dinâmica e tornar a sala de aula um ambiente criativo, desafiador, integrador e motivador ao ponto de cativar o aluno. Para tanto, professores sensíveis às necessidades destes estudantes no campo do conhecimento, criatividade, compromisso e responsabilidade social completa este perfil desejado, mas nem sempre obtido.

Existem autores que contestam esta opinião quase unânime de jogar a responsabilidade sobre o aluno e sua família pelo fracasso escolar, para FUKUI (apud BRANDÃO et al, 1983, p.38), ressalta que a escola tem sim responsabilidade, afirmando que “*o fenômeno da evasão e repetência longe está e ser fruto de características individuais dos alunos e suas famílias. Ao contrário, refletem a fora como a escola recebe e exerce ação sobre os membros nestes diferentes segmentos da sociedade*”. Enquanto pedagogo que sou, sempre defendi a ideia da intervenção da escola na intermediação dos conflitos e das dificuldades pelas quais o aluno enfrenta ao longo de sua jornada acadêmica. É quase uma regra, a escola e uma parte dos docentes adotar uma política de “empurra e omissão”, sob o falso argumento de que o mesmo (docente) não foi formado para ser uma espécie de “babá” de alunos. Concomitantemente, também, já percebi situações de absoluta omissão das famílias que tentam empurrar para a escola o papel que é de direito da família. O somatório disso, é um quadro de desorganização nos aspectos emocionais e de aprendizagem do aluno, apenas para citar o mínimo.

5.2 Processos condicionantes do sucesso escolar

No Brasil a Educação Básica é constituída de três etapas: Educação Infantil (Creche e Pré-escola), Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), Ensino Médio (1º ao 3º ano).

A análise sobre Evasão no Ensino Médio requer a observação de fenômenos que ocorrem nas etapas iniciais da educação básica. Além da análise de outros fatores, como a retenção ou a impossibilidade de retenção dos estudantes no Ensino Fundamental.

A retenção do estudante, sobretudo nos primeiros anos, do primeiro ciclo do Ensino Fundamental não é permitida, pois este é considerado um ciclo ininterrupto. Nos anos subsequentes, embora inexista proibição legal de retenção, a busca por apresentar melhorias nas taxas de aprovação da escola impôs a cultura da não retenção. É comum ouvir nas escolas que se não pode mais reprovar. Mesmo que o estudante não atinja o mínimo dos pré-requisitos necessários para a série. O processo não sofreu alteração nos aspectos da aprendizagem seguindo esta linha de pensamento, ocorre a redução dos índices de retenção sem que haja uma preocupação com os resultados desta ação, promovendo o estudante com conhecimentos insuficientes para sua respectiva faixa escolar. Isso gera consequências que repercutiram no futuro escolar destes alunos, que cedo ou tarde, tenderão abandonar seus estudos por falta de condições de aprendizagem e da sua respectiva falta de base acadêmica.

Os estudantes não entendem o que leem. Existe no Brasil um índice grande e analfabetismo funcional no Ensino Fundamental. O indivíduo considerado analfabeto funcional é aquele que mesmo sabendo ler e escrever, não entende o que está lendo. Um artigo intitulado *Os níveis estruturais da aquisição da linguagem escrita segundo Emília Ferreiro*, lança um maior entendimento sobre o processo do desenvolvimento da linguagem e da escrita, dividindo em níveis de desenvolvimento, conforme a idade da criança. Em cada nível que inicia no pré-silábico e avança até o nível alfabético, conseguimos perceber que as experiências vivenciadas pela criança, influenciarão os resultados deste processo de desenvolvimento da leitura e interpretação. É diante disso que mesmo tendo vivido os níveis da lectoescrita, nem sempre todos os indivíduos conseguem administrar de modo adequado

suas habilidades de leitura, escrita e cálculo necessárias para viabilizar seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Quanto ao desempenho acadêmico dos alunos o MEC não vê como estático, mas de forma dinâmica e divulga com entusiasmo que os históricos acadêmicos recentes mostram evolução favorável em relação às médias nacionais, estaduais e regionais. Segundo o MEC os dados de desempenho demonstram elevação na taxa de aprovação em todas as séries e disciplinas, e essa taxa situa-se, atualmente, em patamares de excelência; a taxa de abandono tem diminuído consistentemente a cada ano; a média de aprovação dos alunos, em Português e Matemática, tem aumentado a cada ano e também situa-se, em patamares de excelência; a distorção idade-série tem diminuído consistentemente. Porém, de acordo com as informações do indicador de alfabetismo funcional (INAF) o aumento da escolaridade da população brasileira não se reflete na mesma proporção em termos de aprendizagem. Os alunos estão passando pelas séries sem apreender os conteúdos necessários. Mesmo a aquisição dos conteúdos não garante que o aluno esteja adquirindo ferramentas que o permitam construir cidadania.

(COUTINHO. 2006, p. 16)

O esperado de uma boa escola é que apresente altas taxas de aprovação, portanto, baixa taxa de reprovação e de abandono. Para tanto é necessário que seja feito investimento estratégicos no processo de Ensino Aprendizagem, em ferramentas que colaborem para a melhoria no clima escolar, investimento em estratégias que atraiam a família e a comunidade para participar da vida escolar. Precisa que sejam usadas ferramentas eficazes de gestão de pessoas e gestão de processos, que sejam efetuadas mudanças na infraestrutura.

Dos critérios de eficácia escolar estabelecidos pelo Ministério da Educação que são baseados nos processos desenvolvidos no ambiente escolar, o principal é o de Ensino Aprendizagem.

Quando se pensa nos processos que se estabelecem na escola o primeiro que vem à mente é o de Ensino Aprendizagem. Diz respeito à aquisição de conhecimentos e habilidades por parte dos estudantes. Envolve a proposta pedagógica, o planejamento, os métodos e as estratégias de ensino, avaliação da aprendizagem. Aqui estão envolvidos a prática docente, a didática, os meios necessários para a construção do conhecimento.

A atmosfera geral da escola, o tipo de liderança exercido, ordem, disciplina, segurança e compromisso asseguram ambiente propício à aprendizagem. O MEC denomina clima escolar. O clima da escola é o que resulta em ambientes em que existe a cultura do sucesso ou não.

Alguns ambientes escolares são mais propícios a manutenção da disciplina que outros, como por exemplo a experiência das escolas militares. Este critério, embora intangível, colabora sobremaneira para o sucesso escolar, pois a boa organização da escola propicia as condições ideais para o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem.

Outro importante critério usado para saber se uma instituição de ensino é eficaz diz respeito à participação e cooperação institucional dos pais e comunidade na escola. A contribuição da família e de outros parceiros para o sucesso escolar é fundamental para o desempenho da escola.

O uso de ferramentas eficazes de gestão na escola, tanto gestão de pessoas, como gestão de processos, asseguram a excelência da equipe para o desempenho das funções e clareza na compreensão da missão, dos objetivos da escola, método gerencial definido, gerenciamento da rotina, trabalho em equipe, existência de indicadores e de avaliação de gestão.

A Infraestrutura que corresponde às condições materiais de funcionamento, tanto as instalações como equipamentos para que o ensino e a aprendizagem aconteçam de forma adequada, configuram como critério para a eficácia escola.

E por fim, resultados, correspondem ao desempenho geral da escola: taxas de aprovação, reprovação. Abandono, distorção idade-série, satisfação dos alunos, pais, colaboradores e sociedade, indicadores de melhoria das práticas de gestão, cumprimento das metas estabelecidas.

A somatória de todos estes processos resulta no sucesso escolar. Para se obter altas taxas de aprovação de forma efetiva, com aprendizado assegurado para os estudantes estes processos precisam ser bem desenvolvidos, sobretudo o processo de ensino aprendizagem.

Maria da Glória Gohn (2001) ao analisar a educação formal, avalia que “A rede escolar é avaliada como atrasada e ineficiente em todos os sentidos (cobertura, processo de gestão, qualificação profissional dos recursos humanos, resultados, infraestrutura física, etc)”.

Quando a escola falha em todos os sentidos e precisa apresentar bons resultados estes resultados são obtidos pela pura e simples aprovação dos estudantes. Por isso, uma criança do 3º ano, mesmo que não consiga atingir o mínimo dos pré-requisitos necessários para ingressar no 4º ano, invariavelmente ingressará no 4º ano. No ano seguinte, invariavelmente, ingressará no 5º ano. O adolescente no 9º ano do Ensino Fundamental não tem condições de domínio da leitura e da escrita, não é capaz de interpretar textos, não domina as operações matemáticas básicas. Assim, existe defasagem na aprendizagem em todas as séries do Ensino Fundamental.

Um estudo sobre ensino-aprendizagem revelou que os estudantes acumulam defasagem durante o Ensino Fundamental. Mais de 70% dos alunos concluem o Ensino Fundamental sem ter adquirido as competências mínimas desejadas para essa etapa da educação básica. Estes estudantes apresentam 40% do repertório necessário para prosseguir no Ensino Médio (BOSSA 2017).

E as consequências dessas defasagens acumuladas se refletem na etapa subsequente da Educação Básica, o Ensino Médio. Por isso, o sucesso escolar no Ensino Médio, bem como na Educação Superior, requer uma educação universal e de qualidade desde o início da infância.

É o ideal. Mas este ideal não está sendo alcançado. O estudante chega ao Ensino médio com baixo nível de proficiência.

Retrato do desempenho

Índices revelados pelo relatório são insatisfatórios

■ 5º ANO DO EF ■ 9º ANO DO EF ■ 3º ANO DO EM

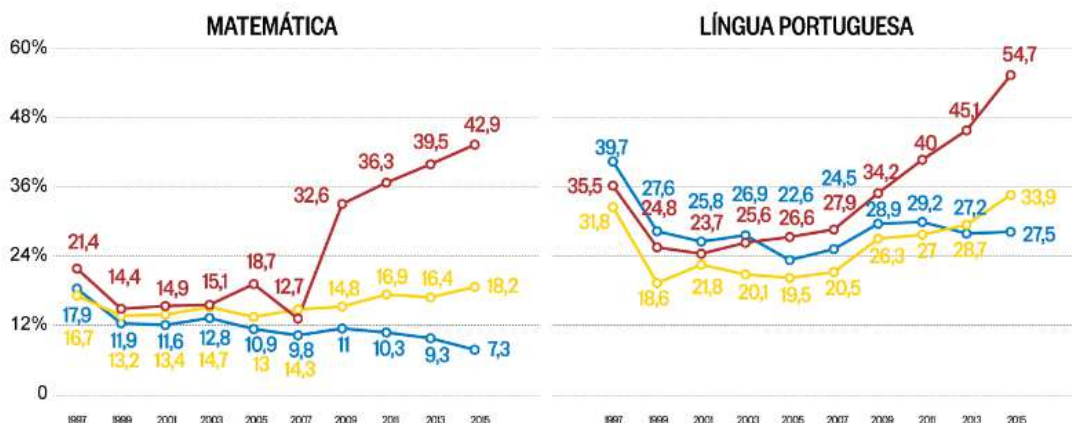


Figura 8 - Desempenho Escolar no Nível fundamental e Médio
Fonte: Todos pela Educação

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 205, diz que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, assim como estabelece os princípios de igualdade de condições para acesso e permanência na escola (art. 206, inciso I). Esse direito é ratificado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, a qual apresenta a organização do sistema educacional brasileiro.

A despeito do direito assegurado na CF de 1988, a realidade da educação brasileira é permeada por problemas seculares, ainda não resolvidos na atualidade. Esses problemas dizem respeito àqueles que foram configurados como fracasso escolar, isto é, a repetência e a evasão escolar. O problema da evasão escolar, objeto do nosso estudo, pressupõe uma análise contextual que possa ser suscitada em sua estrutura enquanto produção social, singular e na instituição escolar.

5.3 A evasão na rede federal

A Rede Federal tem como princípio uma concepção de educação amparada na perspectiva ampla e integral, voltada ao social em direção às políticas e ações que possibilitem uma interação efetiva na cultura produtiva local, como medida essencial para o processo de desenvolvimento socioeconômico mais democrático no país. A partir dos anos 2000, a Rede Federal expandiu sobremaneira sua atuação, registrando um excepcional crescimento no número de matrículas. Todavia, a despeito da grande expansão do acesso à educação, o abandono escolar se mantém em elevado em taxas que variam de 30 a 55% em algumas instituições federais.

Segundo Rosemary Dore, “a evasão (abandono escolar) tem uma natureza multiforme: a escolha de sair da escola é apenas o ato final de um processo que se manifesta de muitas formas, visíveis ou não, ao longo da trajetória escolar do indivíduo”. (DORE, 2008) Embora diversos aspectos condicionem este processo, a escolha de abandonar ou permanecer na escola é marcada por características individuais. Outros fatores são os sociais e familiares, por características do sistema escolar e pelo grau de atração que outras modalidades de socialização.

A evasão é grave em todas as etapas, sobretudo no ensino médio, pois priva os estudantes de conseguir qualificação mais elevada, e conseqüentemente limita suas chances de boa inserção no mercado de trabalho.

5.4 Prevenções da evasão escolar

Na rede federal a prevenção da evasão é crucial para a sociedade, pois sua ocorrência é uma das principais razões para a baixa qualificação e habilitação profissionais. Para Dore, “compreender, orientar e acompanhar o jovem no importante momento em que realiza a sua primeira escolha no campo da formação profissional. O acompanhamento pode levar à significativa redução das taxas de abandono e/ou outros tipos de fracasso escolar”. (DORE, 2008)

Em vistas disso, para além de promover a ampliação do acesso por meio da interiorização das instituições, do incremento do número de vagas, da ampliação do alcance e da utilização de ações afirmativas, para garantir assegurando a democratização da oferta é necessária a adoção de ações que promovam a permanência e o êxito dos estudantes.

A evasão na escola média geral ou na modalidade profissionalizante vincula-se ao maior ou menor grau de democratização do acesso da população a esse nível de ensino. Em muitos países, especialmente na Europa, Está praticamente

universalizado o acesso à educação média ou secundária, embora esta não seja compulsória. A não obrigatoriedade desse nível de ensino tem consequências significativas sobre o fenômeno da evasão, levando alguns pesquisadores do assunto a distinguir três dimensões conceituais indispensáveis à investigação do abandono escolar: 1) níveis de escolaridade em que ela ocorre, como a educação obrigatória, a educação média ou a superior; 2) tipos de evasão, como a descontinuidade, o retorno, a não conclusão definitiva, dentre outras; 3) razões que motivam a evasão como, por exemplo, a escolha de outra escola, um trabalho, o desinteresse pela continuidade de estudos, problemas na escola, problemas pessoais ou problemas sociais (Jordan, Lara, McPartland, 1996).

A evasão provoca preocupação na educação pública brasileira e isso ocorre também na Rede Federal em virtude do alto índice de reprovação e evasão na educação profissional.

É sabido que a educação profissional está ocupando cada vez mais espaço na educação brasileira, as mudanças que vem ocorrendo no mercado de trabalho, trazendo inovações técnicas e tecnológicas, capacitando os indivíduos para uma melhor colocação no mundo do trabalho. São evidentes as dificuldades de acesso e permanência na educação básica, assim como a problemática da evasão, que na educação profissional tem sido um dos desafios. De acordo com Lopes (2006 *apud* Johan2012 p.66):

Muito se faz para conquistar novos alunos, mas muito pouco esforço tem sido feito no sentido de reter ou aumentar o nível de satisfação de seus atuais [...] A manutenção dos seus alunos é, cada vez mais, uma preocupação compartilhada. As taxas de evasão crescem na medida em que crescem as ofertas de novos cursos e novas instituições. Por isso é importante que a escola enquanto instituição formadora atue cuidando para que esse aluno não evada, oferecendo um ensino de qualidade, dando a ele oportunidade de ser criativo, crítico e empreendedor possibilitando mecanismos para que este permaneça na escola e tenha uma saída exitosa.

De acordo com o documento Orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, do Ministério da Educação – MEC, Os mapeamentos sistemático do perfil do estudante, que são realizados pelas instituições da Rede Federal revelam o atendimento de um percentual significativo de uma população constituída marcadamente por estudantes de baixa renda, trabalhadores, residentes em localidades distantes ou com necessidades educacionais específicas, ou seja uma população socioeconomicamente vulnerável.

Assim, tem sido desenvolvido um esforço no âmbito de ampliação sistemática dos recursos destinados a diversos programas de assistência estudantil. Este movimento explícito, de forma marcante, a preocupação em se reforçar ações que culminem com a participação qualificada dos estudantes em atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de buscar a garantia de um percurso exitoso de formação acadêmica e profissional, no sentido de garantir reais condições de permanência. (MEC, 2014).

Embora considerando todas as medidas tomadas, ainda se constata a necessidade de atenção às taxas de evasão nos cursos ofertados pela Rede Federal e para tanto requer a compreensão destes fatores. Sobretudo ampliando a compreensão de que são resultado de fatores multidimensionais (culturais, sociais, institucionais e individuais), como já mencionado.

O governo brasileiro tem investido na criação de políticas públicas para garantir acesso, permanência e êxito dos estudantes da rede pública, como por exemplo o repasse de auxílio estudantil às instituições federais em seus orçamentos anuais, a criação da Bolsa

Permanência para estudantes de cursos superiores em instituições federais para Quilombolas, entre outras. A despeito de todos os esforços, os indicadores mostram índices alarmantes de evasão. Para Gutiérrez (1988) apud Johan (2012 p.73) a situação socioeconômica do estudante condiciona não só sua entrada para a escola como também constitui uma série de restrição durante toda sua trajetória escolar. [...] Em outras palavras, o êxito escolar está condicionado pela capacidade econômica do estudante.

É necessário relacionar esse entendimento para o efetivo cumprimento da sua função social da Rede Federal. Isso implica em articular ações que deem conta do atendimento a um público vulnerável socialmente e advindo de sistemas públicos de ensino com baixo índice de desenvolvimento educacional.

Daí a necessidade de implementação de planos estratégicos de superação da evasão, possibilitando a realização de diagnósticos para conhecimento das causas da evasão e, principalmente para a definição de políticas institucionais, bem como, ações administrativas e pedagógicas para ao enfrentamento da problemática da evasão.

5.5 O plano estratégico de intervenção e monitoramento

O documento Orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, do Ministério da Educação afirma que para análise da evasão, é necessário conhecer a complexidade de fatores que a condiciona. Estes fatores são individuais, sociais, econômicos, culturais e acadêmicos. Assim faz-se necessário examinar as taxas de evasão, retenção e conclusão contextualizando tais fatores.

A concretização dos objetivos de um processo de diagnóstico, monitoramento e intervenção sólido abrangendo todas as dimensões da problemática somente será alcançada através de um verdadeiro programa integrado que estabeleça os elos entre as taxas e as causas individuais, institucionais e externas, dando assim a necessária dimensão de totalidade.

Atualmente, frente à realidade de cada instituição, percebe-se que é praticamente impossível nível zero de evasão e de retenção, sobretudo por razões que fogem completamente ao âmbito da política acadêmica. No entanto, é inerente uma política de trabalho sistematizado para que o problema seja delimitado e possa ter taxas aceitáveis. Nessa direção, indica-se que cada instituição da Rede Federal elabore e desenvolva um Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção. As metas e as ações desse plano deverão estar previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), e os resultados no relatório anual de gestão institucional. Com base nesses documentos e de ações próprias de supervisão, a SETEC/MEC deverá realizar o acompanhamento das ações implementadas e da evolução das taxas de evasão, retenção e conclusão de cada instituição. (MEC, 2014)

O MEC disponibilizou o documento Orientador para subsidiar o trabalho das instituições na elaboração do plano estratégico de intervenção e monitoramento para superação da evasão, dando as diretrizes para a elaboração dos planos de cada unidade da Rede Federal.

6 A EVASÃO ESCOLAR NO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ - *CAMPUS* LARANJAL DO JARI

6.1 Metodologia

Originalmente a metodologia utilizada consistia na aplicação de um questionário semiestruturado para estudantes egressos (evadidos), buscando compreender os fatores geradores da evasão escolar e análise dos dados do questionário socioeconômico aplicado no processo de ingresso do aluno, no ato da matrícula e da entrevista realizada pelo CAE. Contudo, no transcorrer dos trabalhos, percebeu-se um indicativo de relação entre a evasão e o rendimento escolar, o que provocou uma revisão bibliográfica, análise documental e o estudo de alguns dados estatísticos sobre desempenho escolar x componentes curriculares x turmas/cursos.

O resultado foi o desenvolvimento de 17 relatórios de amostragem, através de um conjunto de tabelas e gráficos que demonstram esta relação direta, sobre os estudantes evadidos e as causas da evasão escolar no ensino técnico médio integrado no IFAP - Instituto Federal do Amapá, *Campus* Laranjal do Jari, Também foi realizado a aplicação de questionários aos estudantes egressos, sendo portanto, uma pesquisa qualiquantitativa. Ainda no desenvolvimento da pesquisa, surgiu um elemento novo dentro do contexto do estudo e que não havia sido originalmente previsto, é o caso daqueles estudantes com intenção de evadir-se.

Os dados estatísticos foram obtidos na Secretaria de Registro Acadêmico (CORES), do *Campus* Laranjal do Jari. Foi pesquisado um universo de 459 estudantes ativos dos cursos de nível médio integrado, distribuídos entre 17 turmas, nos turnos matutino e vespertino, através da análise, extração e tabulação de dados contidos nos relatórios técnicos do CORES/SETEP. Além de outros 40 egressos, que se evadiram. A pesquisa ocorreu no período de junho a setembro de 2014.

Neste trabalho, compartilham-se, em parte, as posições de Froncillo (2009), entendendo-se que, no desenvolvimento das pesquisas, as ferramentas estatísticas são importantes para o estudo analítico dos dados coletados, mas defende-se que é fundamental a leitura contextualizada dos resultados obtidos, caso contrário poderá ser convenientemente utilizado e/ou divulgados apenas resultados parciais.

Objetivou-se apresentar, além da temática da evasão, a caracterização da educação técnica do IFAP e a identificação de fatores que possam contribuir para a permanência e/ou para a evasão de estudantes dos Cursos do Ensino Médio Integrado ao Técnico do IFAP. Para tanto adotou-se procedimentos de pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa.

A evasão e seus indicadores, os pressupostos teóricos de análise e os diferentes contextos em que as escolas técnicas de nível médio estão inseridas, seja o da política educacional ou o do mundo do trabalho, dentre outros.

6.2 A Evasão Escolar nos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFAP - *Campus* Laranjal do Jari

Os estudantes dos cursos técnicos na forma integrada do IFAP *Campus* Laranjal do Jari são advindos de instituições de ensino públicas e privadas, e que ingressam no IFAP através de prova de seleção escrita. No Vale do Jari existem instituições privadas que desenvolvem serviços educacionais que podem ser considerados de alta qualidade. Estes estudantes apresentam maior nível de proficiência que os advindos das instituições públicas.

A qualidade do ensino fundamental é importante para a análise da questão da evasão nos Cursos Técnicos do IFAP, uma vez que uma das principais causas de evasão é o baixo rendimento nas disciplinas.

A evasão escolar, segundo Queiroz (2004), é o abandono da escola antes da conclusão de uma determinada série ou ciclo específico. A evasão é uma interrupção abrupta no processo de ensino-aprendizagem do estudante, que fica impedido de complementar os conhecimentos necessários para a formação correta das habilidades e competências.

O ato da evasão tira do estudante a oportunidade de efetivar sua carreira escolar, de dominar os conhecimentos exigidos, da construção do seu autoconhecimento, e compromete o seu futuro pessoal e profissional de modo determinante, normalmente ficando excluído do processo de desenvolvimento profissional e provocando uma estagnação em nível pessoal, social e econômico. Tal situação, não obstante, joga literalmente a pessoa no subemprego, ou trabalho informal sem garantias trabalhistas e sociais, engrossando a reserva de recursos humanos não qualificados, que aguardam oportunidade de obter um emprego, dentro de uma sociedade em acelerado processo de automatização.

Para controlar o problema, não é suficiente examiná-lo em suas consequências e buscar soluções quando ele já tenha se manifestado. Ao contrário, os pesquisadores têm enfatizado a necessidade de políticas públicas com o objetivo de identificar antecipadamente a evasão escolar, de modo a possibilitar o acompanhamento de jovens em situação de risco e, assim, prevenir a ocorrência do problema (European Council, 2004; Markussen, 2004). No caso brasileiro, à questão da evasão no ensino técnico acrescenta-se a dificuldade de acesso dos jovens a essa modalidade de ensino, tendo em vista os altos índices de evasão e de outros indicadores de fracasso escolar na educação básica. (DORE e LUSCHER, 2011, p. 06)

A evasão escolar é um fenômeno complexo que envolve além das perdas notórias em nível da pessoa evadida, mas amplia-se envolvendo as organizações governamentais e escolares que perdem recursos financeiros e ao mesmo tempo, numa conjunção perversa, impede o acesso de outros tantos ao longo do ciclo escolar até seu término. Uma evasão que porventura ocorra no início da primeira série escolar de um curso técnico público, perdura por pelo menos de 2 anos e meio a quatro anos, conforme curso e modalidade de ensino. Isso é custo, são recursos desperdiçados recursos públicos perdidos.

O cenário da evasão é tão grave, que muitas instituições de ensino, adotam o procedimento de ofertar um maior número de vagas na série inicial, para compensar as perdas ao longo do curso, sobre este aspecto Digiacomo (2005, p.1) afirma:

A evasão escolar é um problema crônico em todo Brasil, sendo muitas vezes passivamente assimilada e tolerada por escolas e sistemas de ensino, que chegam ao exercício de expedientes maquiadores ao admitirem a matrícula de um número mais elevado de alunos por turma do que o adequado já contando com a “desistência” de muitos ao longo do período letivo.

A educação profissional ofertada pelos Institutos Federais é diferenciada em suas metodologias e finalidades formativas, o que faz com que o seu perfil institucional em relação ao desenvolvimento das atividades formativas observe características bastante específicas na sua execução prática.

O Instituto Federal do Amapá busca integrar sua comunidade escolar através do Plano Político Pedagógico, que contempla todas as ações a serem desenvolvidas pela instituição, objetivando a oferta de uma aprendizagem significativa e efetiva aos seus alunos.

Este conjunto de ações, pretendem assegurar a qualidade do ensino, de forma a combater a evasão escolar na instituição.

Arroyo (2010) afirma que as desigualdades sociais são resultado da “diferença de classe”, sendo elementos marcantes para o fracasso e abandono escolar. O autor afirma que quando um aluno abandona a escola, na verdade ele está sendo obrigado a abrir mão de um futuro integrado e produtivo na sociedade, colocando-se numa posição de risco social e econômico de fato, sujeito, portanto, a toda sorte de transtornos em sua vida e carreira.

A Rede Federal, não está imune ao fenômeno da evasão. Oliveiro (2001) afirma que a evasão e trancamento de matrícula geram problemas severos para as instituições educacionais voltadas ao ensino profissionalizante, como é o caso da Rede Federal. Segundo pesquisa realizada no CEFET- RS (Pelotas-RS), o percentual identificado varia de 30,0% a 50,0% de evasão, Dados semelhantes foram identificados no IFAP, *Campus Laranjal do Jari*, que está numa faixa similar de 35,0% até 80,0% (Proeja), resultando num prejuízo imenso em termos de recursos públicos perdidos e ao mesmo tempo do bloqueio da vaga ofertada até o fim do respectivo ciclo de estudo.

Em pesquisa realizada no IFAP, *Campus Laranjal do Jari*, determinados cursos chegaram a perder a maior parte de suas turmas, entre o 1º e 4º anos escolares, Curso Técnico de Nível Médio em Secretariado começou com 40 alunos, está concluindo com 9 alunos; Curso Técnico de Nível Médio em Informática começou com 40 alunos, concluiu com 15; Curso Técnico de Nível Médio em Meio Ambiente, começou com 40 alunos, terminou com 20 alunos; Curso PROEJA Comércio, começou com 35 alunos, está com 7 alunos até o momento.

CURSO	FORMA	TIPO	EIXO TECNOLÓGICO	TAXA DE EVASÃO			
				2011	2012	2013	2014
Meio Ambiente	Integrada	Técnico	Ambiente e Saúde	1,3%	7,5%	38,0%	3,5%
	Subsequente			-	0,0%	26,3%	7,9%
Administração	Integrada	Técnico	Gestão e Negócios	-	-	-	-
Comércio	Integrada/PROEJA	Técnico	Gestão e Negócios	-	17,2%	21,2%	24,1%
Secretaria Escolar	Subsequente	Técnico	Desen. Educ. e Social	27,5%	0,0%	66,7%	0,0%
Secretariado	Integrada	Técnico	Gestão e Negócios	0,0%	15,0%	32,5%	10,6%
	Subsequente			17,9%	0,0%	29,7%	11,9%
Informática	Integrada	Técnico	Informação e Comunicação	1,3%	6,3%	19,4%	7,4%
	Subsequente			23,3%	7,1%	43,8%	11,3%
Florestas	Integrada	Técnico	Recursos Naturais	-	-	-	-
	Subsequente			-	-	-	0,0%
Ciências Biológicas	-	Licenciatura	-	-	-	-	4,5%
TOTAL DA UNIDADE EM CADA ANO ANALISADO				13,81%	5,81%	31,17%	8,68%

Figura 9 - Taxas de evasão no IFAP

Os dados são alarmantes, mas refletem as dificuldades que a instituição enfrenta para a retenção de seus alunos nos bancos escolares. Mesmo possuindo um corpo docente qualificado formado por especialistas e doutores em sua quase totalidade, a retenção do aluno continua sendo um grande desafio institucional.

Causas de Evasão

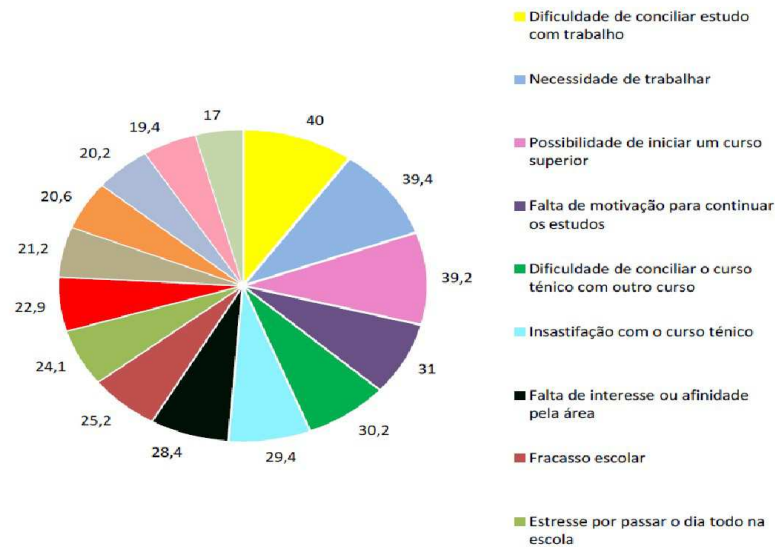


Figura 10 – Causas da Evasão no IFAP

As causas da evasão são semelhantes à realidade de outros IFEs, demonstrando que existe dificuldades estruturais em sua organização curricular e nas estratégias de retenção destes alunos. As matrizes curriculares apresentam uma complexidade de componentes curriculares muito diferente da realidade educacional, à qual está ambientada a clientela que adentra nos cursos técnicos do Instituto Federal do Amapá.

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM SECRETARIADO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO - 2013												
PARTES	ÁREA	COMPONENTE CURRICULAR	1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		TOTAL (50 min)	TOTAL (60min)
			CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS		
BASE NACIONAL COMUM	LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS	LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA	160	4	160	4	160	4	120	3	600	500
		ARTES			80	2	120	3			200	167
		INGLÊS			80	2	120	3			200	167
		EDUCAÇÃO FÍSICA *	80	2	80	2	80	2			240	200
		SUBTOTAL	240	6	400	10	480	12	120	3	1240	1033
	CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS	HISTÓRIA	120	3	120	3					240	200
		GEOGRAFIA					120	3	120	3	240	200
		Filosofia	40	1	40	1	40	1	40	1	160	133
		Sociologia	40	1	40	1	40	1	40	1	160	133
		SUBTOTAL	200	5	200	5	200	5	200	5	800	667
	CIÊNCIAS DA NATUREZA, MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	BIOLOGIA	120	3	80	2					200	167
		QUÍMICA	120	3	120	3	120	3	120	3	240	200
		FÍSICA	120	3	120	3	160	4	120	3	240	200
		MATEMÁTICA	160	4	120	3	160	4	120	3	560	457
		SUBTOTAL	400	10	320	8	280	7	240	6	1240	1033
DIVERSIFICADAS	MULT. PESS. CIENT.			80	2					80	67	
	INFORMÁTICA	80	2							80	67	
	ESPAANHOL					80	2			80	67	
	SUBTOTAL	80	2	80	2	80	2	80	2	320	267	
	TOTAL DE CH DA BASE COMUM	920	23	1000	25	1040	26	640	16	3600	3000	
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	SECRETARIADO	80	2							80	67	
	GESTÃO DE PESSOAS	80	2							80	67	
	GESTÃO DOCUMENTAL E ARQUIVISTA			80	2					80	67	
	INTRODUÇÃO AO DIREITO E LEGISLAÇÃO			120	3					120	100	
	MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE					80	2			80	67	
	DIREITO PÚBLICO E PRIVADO					80	2			80	67	
	ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS					80	2			80	67	
	GESTÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS			80	2					80	67	
	RELAÇÕES PÚBLICAS E ÉTICA							80	2	80	67	
	DIREITO ADMINISTRATIVO							80	2	80	67	
	PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL							80	2	80	67	
	EMPREENHEDEIRISMO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO							120	3	120	100	
	TOTAL DE CH DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	160	4	280	7	240	6	360	9	1040	834	
PRÁTICA PROFISSIONAL	ESTÁGIO OBRIGATORIO									240	200	
	ATIVIDADE COMPLEMENTAR									80	67	
	TOTAL DE CH DA PRÁTICA PROFISSIONAL									320	267	
	TOTAL DE CH DO CURSO TÉCNICO EM SECRETARIADO	1080	27	1280	32	1280	32	1000	25	4940	4084	

Figura 11 – COPED, IFAP Campus Laranjal do Jari

Em 2014 a COPED em conjunto com a PROEN promoveram conjuntamente uma revisão das matrizes curriculares para adequação e revisão de carga horária dos componentes

curriculares, bem como da revisão e atualização dos planos de ensino e suas respectivas referências bibliográficas, buscando uma melhoria na estrutura didática dos cursos técnicos.

Tal iniciativa buscou combater a evasão e o baixo rendimento escolar dos alunos no IFAP *Campus* Laranjal do Jari. Concomitantemente, a revisão das políticas de apoio ao estudante, através de concepção de bolsas de auxílio estudantil, busca da participação da família como parceiro da escola, desenvolvimento de ações pró ativas de combate à evasão escolar e a implantação de um grupo de estudos sobre evasão escolar, foram algumas das ações implementadas.

6.3 Mapa de desempenho de aprendizagem por Componente curricular/turma – 1º e 2º bimestre 2014

Os problemas da Evasão Escolar sob a óptica do Rendimento Escolar por Componente Curricular:

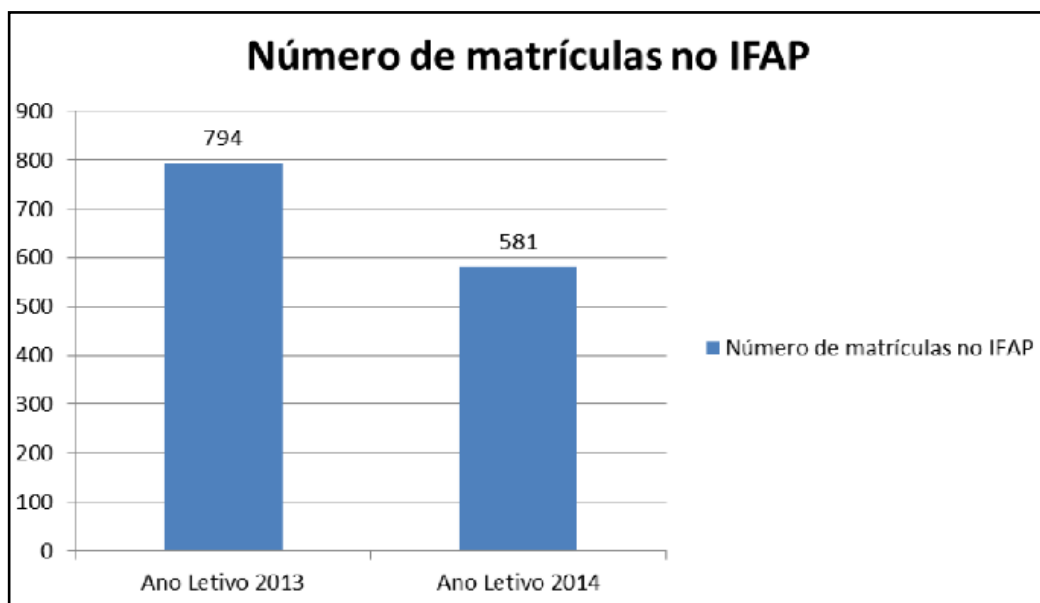


Figura 12 – Número de Matriculados

Fonte: CORES/SETEP, IFAP, 2014

Na figura, cujo título é NÚMERO DE MATRICULADOS, vale ressaltar que os dados não têm influência nas questões sobre motivos da Evasão Escolar, porque trata-se de uma programação concatenada com os Cursos Técnicos e o espaço físico disponível na Instituição, ao longo de 5 anos, denominada fase de implantação do *Campus* A oferta de vagas é condicionado ao espaço físico disponível no *Campus* (número de salas de aula e laboratórios fins).

Uma análise qualitativa e quantitativa, sobre o rendimento médio, por Componente Curricular, de cada turma, durante cada bimestre, pode mostrar situações adversas, servindo de alerta e que necessitem de uma intervenção Pedagógica e Educacional em tempo de evitar o aumento do índice de evasão, entre outros problemas.

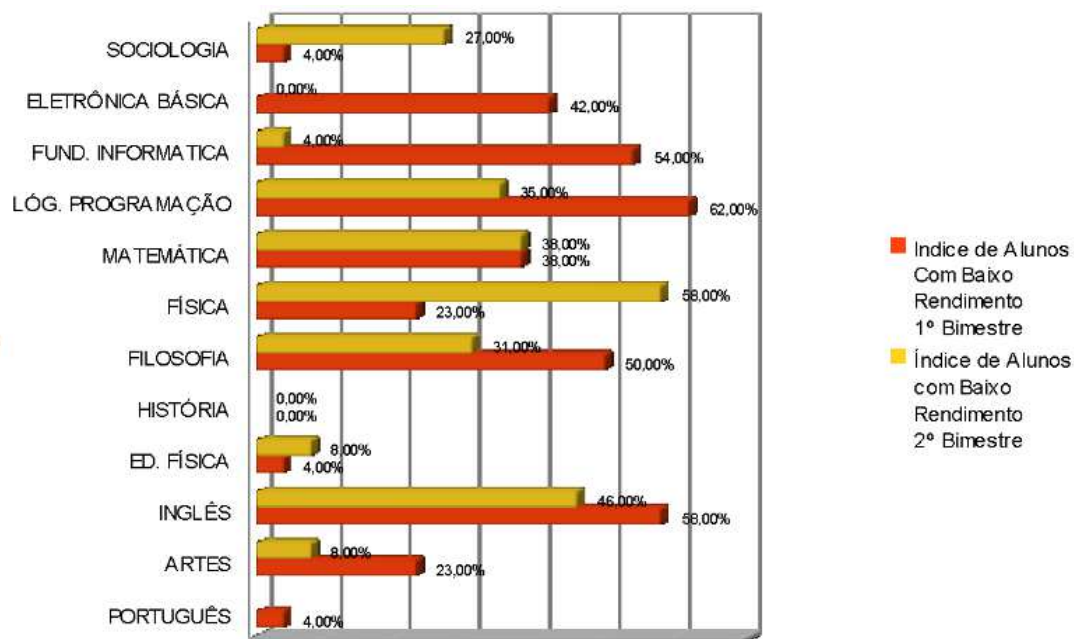


Gráfico Comparativo 1 - Turma INFO 1B

Fonte: CORES/SETEP, IFAP, *Campus Laranjal do Jari*, 2014

Observando as taxas de rendimento, indicadas no gráfico da Turma INFO 1B, tem uma diminuição dos problemas com relação às notas, principalmente nas disciplinas técnicas do Curso. Em lógica de Programação, Fundamentos de Informática e Eletrônica Básica, as médias baixas diminuiram, mostrando uma provável afirmação e interesse dos alunos com relação ao Curso Técnico escolhido. Em alguns componentes curriculares da Base Nacional Comum, aumentaram sensivelmente as médias baixas, como em sociologia e Física. Convém observar que em língua Portuguesa, a turma analisada não apresenta problema com notas, mostrando que possuem uma boa base de interpretação e leitura. Tal realidade se baseia no formato de seleção de ingresso e da formação das turmas, que norteiam -se pela nota de ingresso decrescente. Isso faz com que a formação das turmas vá seguindo esta ordem classificatória e termina por refletir os resultados nos níveis de aprendizagem, como um reflexo da formação escolar que o aluno apresenta.

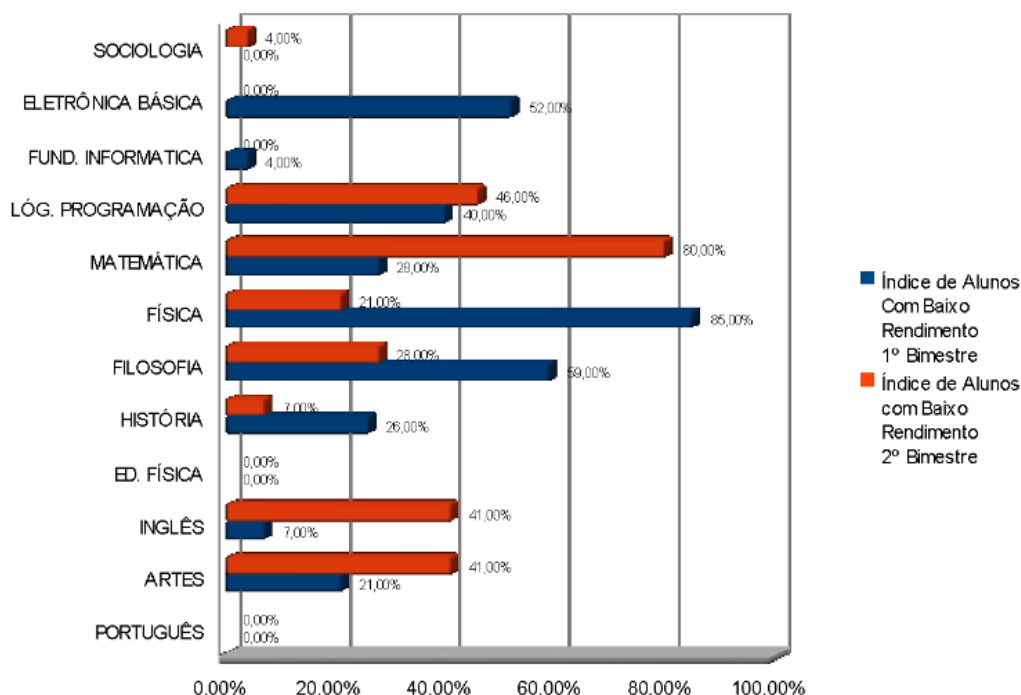


Gráfico Comparativo 2 - Turma INFO 1A
 Fonte: CORES/SETEP, IFAP – *Campus Laranjal do Jari*

Na Turma INFO 1A, o componente curricular Matemática aparece com um índice muito preocupante, a partir do 2º bimestre. Quando a maioria passa a ter dificuldades em determinado componente curricular, a intervenção pedagógica e educacional, em conjunto se faz necessária e com prioridade. É notório o aumento de médias baixas em Lógica da Programação, Artes e Inglês, porém, não da forma expressiva como em Matemática.

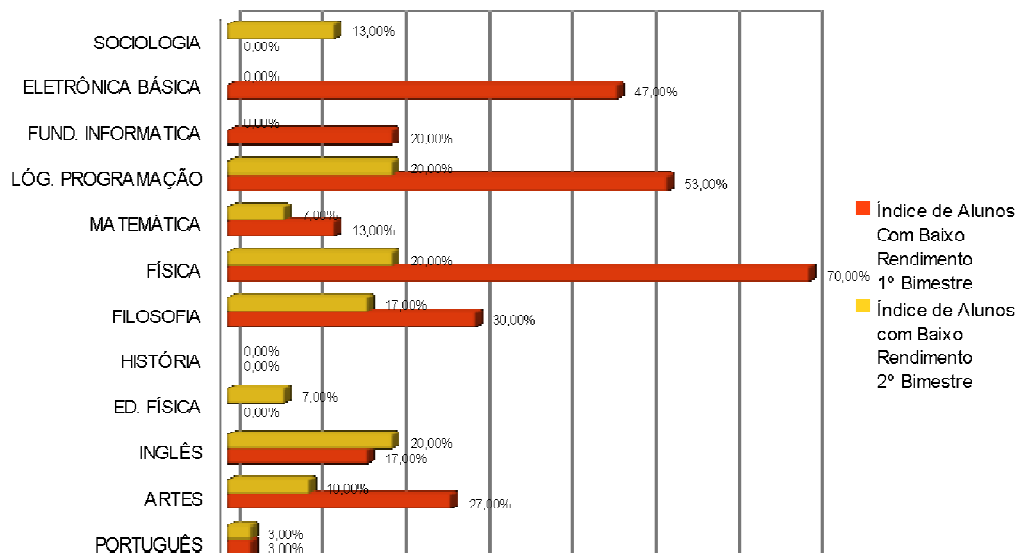


Gráfico Comparativo 3 – Turma INFO 1C
 Fonte: CORES/SETEP, IFAP – *Campus Laranjal do Jari, 2014*

Na turma INFO 1C, as dificuldades de aprendizagem estão praticamente generalizadas, no 1º bimestre, mas com uma recuperação sensível para o 2º bimestre. A turma, como um

tudo, acertou o ritmo da aprendizagem, a partir do 2º bimestre. Nesse caso, uma convivência maior entre o grupo de alunos, gera mais confiança e apoio entre eles, fortalecendo a assiduidade, pontualidade e qualidade dos hábitos de estudo, mantendo os alunos na Escola, enfraquecendo o índice de “evasão”.

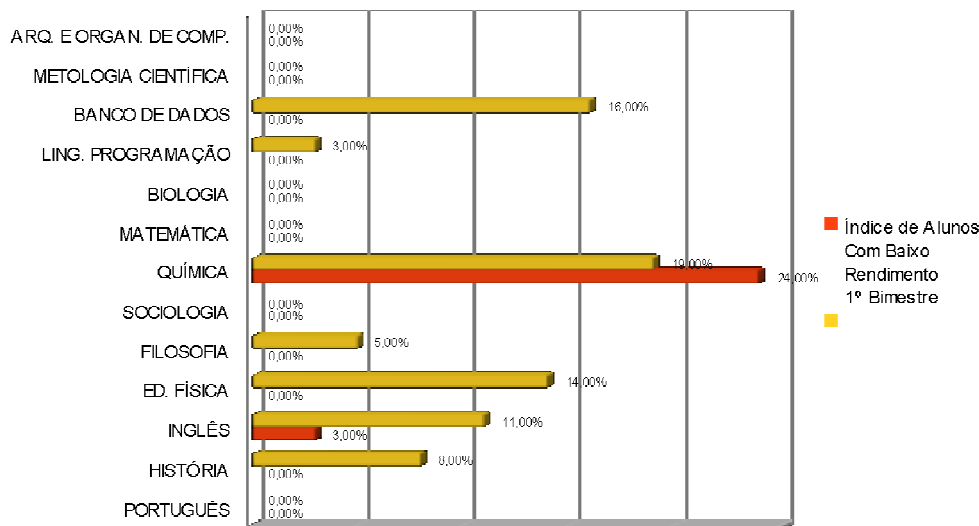


Gráfico Comparativo 4 - Turma INFO 2A

Fonte: CORES/SETEP, IFAP – *Campus Laranjal do Jari*, 2014

Na turma INFO 2A, a quase nulidade de médias abaixo da média, do 1º bimestre, passa a ser preocupante no 2º bimestre, mas com índice considerado na normalidade, pois gira em torno de 12%, em média, podendo ser resolvido, com a intervenção apenas da Supervisão Educacional. Um pouco mais alto, são as notas baixas no Componente Curricular de Química, provavelmente geradas pelo nível do conteúdo introduzido. É interessante fazer um levantamento e verificar se são os mesmos alunos com notas abaixo da média nos diferentes componentes curriculares, porque essa situação pode gerar a evasão de alguns estudantes.

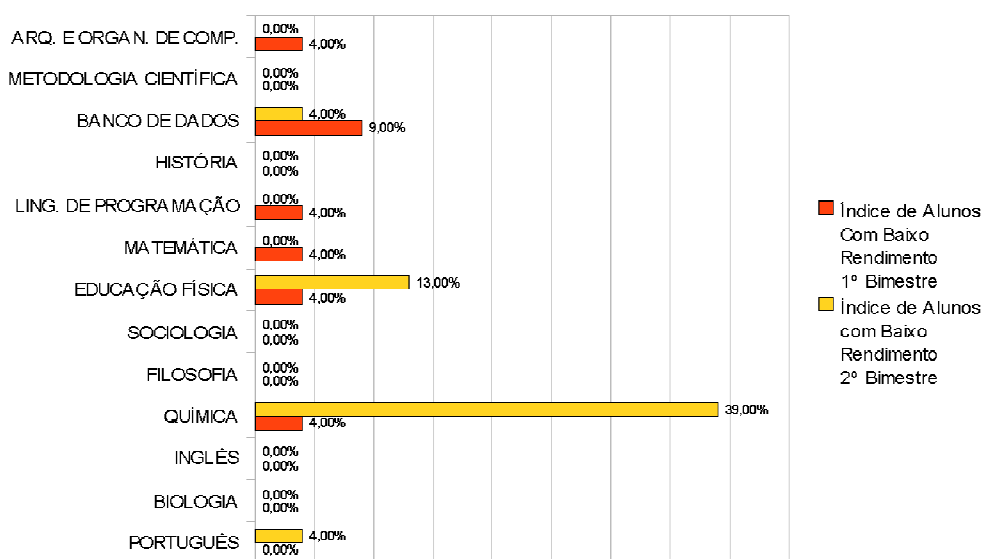


Gráfico Comparativo 5 - Turma INFO 2B

Fonte: CORES/SETEP, IFAP – *Campus Laranjal do Jari*, 2014

Na turma INFO 2B, as questões em relação às médias estão satisfatórias, com exceção do Componente Curricular Química, igualmente na turma analisada anteriormente, INFO 2A, e desta vez com um índice alcançando a metade da turma. Uma atenção especial da Coordenação Pedagógica e Orientação Educacional se faz necessária para resolver um problema, ainda sob controle, se comparar as médias do 1º com as do 2º bimestre, mas que pode sair da normalidade, no 3º bimestre.

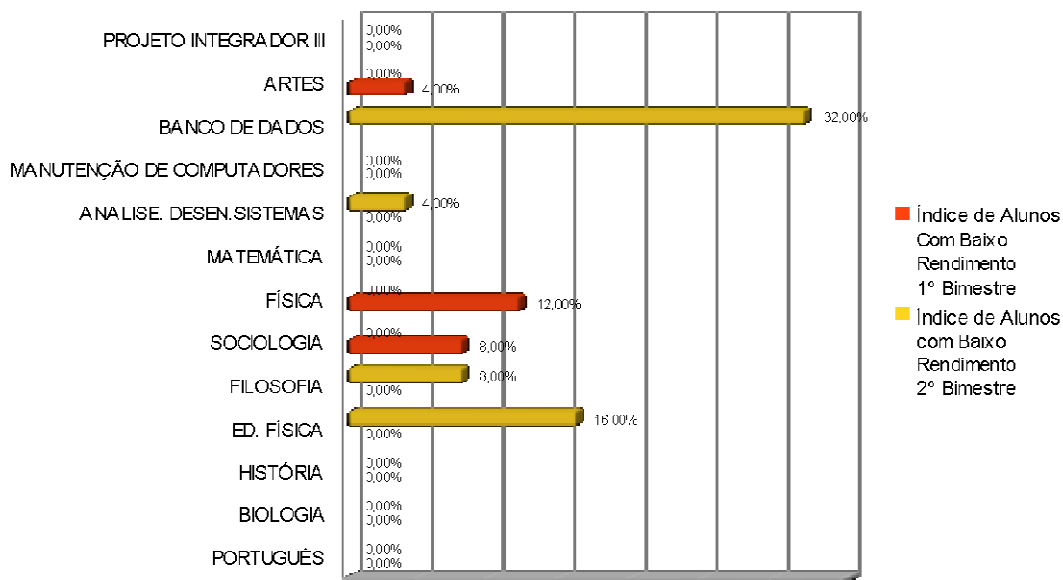


Gráfico Comparativo 6 - Turma INFO 3A

Fonte: CORES/SETEP, IFAP – *Campus Laranjal do Jari*, 2014

Na turma INFO 3A, a maturidade, experiência e melhor entendimento do sistema da Escola, mostra um bom controle de notas da turma em geral. Algumas indicações de médias baixas, mas com percentual considerado normal, se considerado a Curva de Gauss, como padrão de comparação.

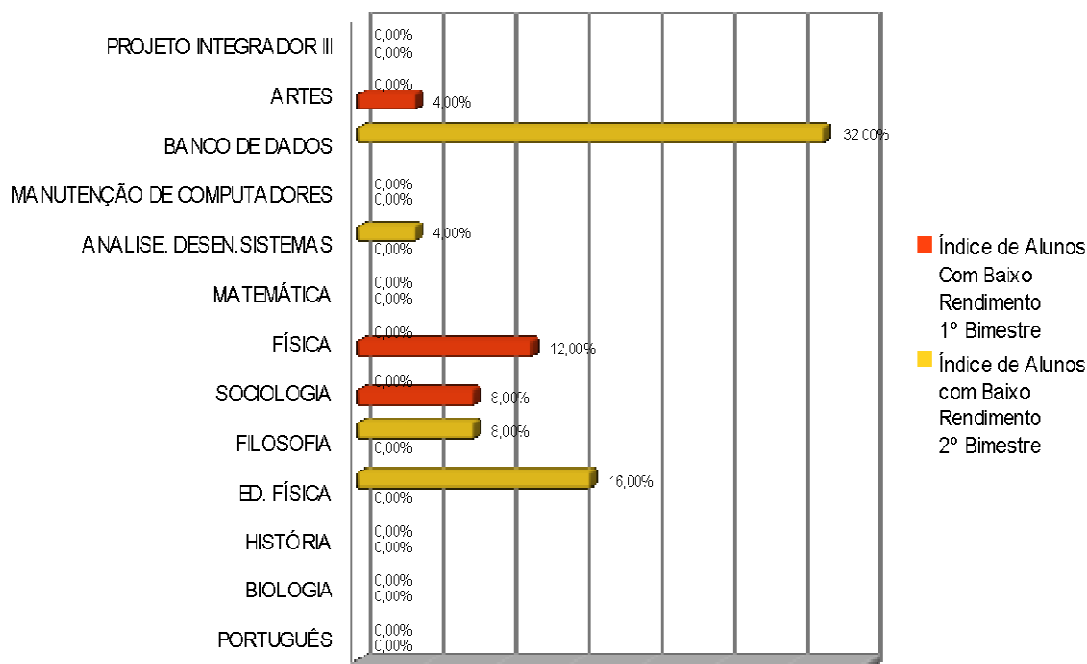


Gráfico Comparativo 7 - Turma INFO 3B

Fonte: CORES/SETEP, IFAP – *Campus Laranjal do Jari*,2014

Na turma INFO 3B, vale as considerações acima da turma INFO 3A, com uma ressalva, no Componente Curricular Banco de Dados, com índice de 32%, abaixo da média. Está evidente que ocorreu alguma anormalidade no processo ensino aprendizagem. Um problema fácil de resolver e que não gera maiores dificuldades em relação ao índice da taxa de evasão. Excepcionalmente esta turma teve falta de aulas ministradas e algumas avaliações não haviam sido consideradas no período.

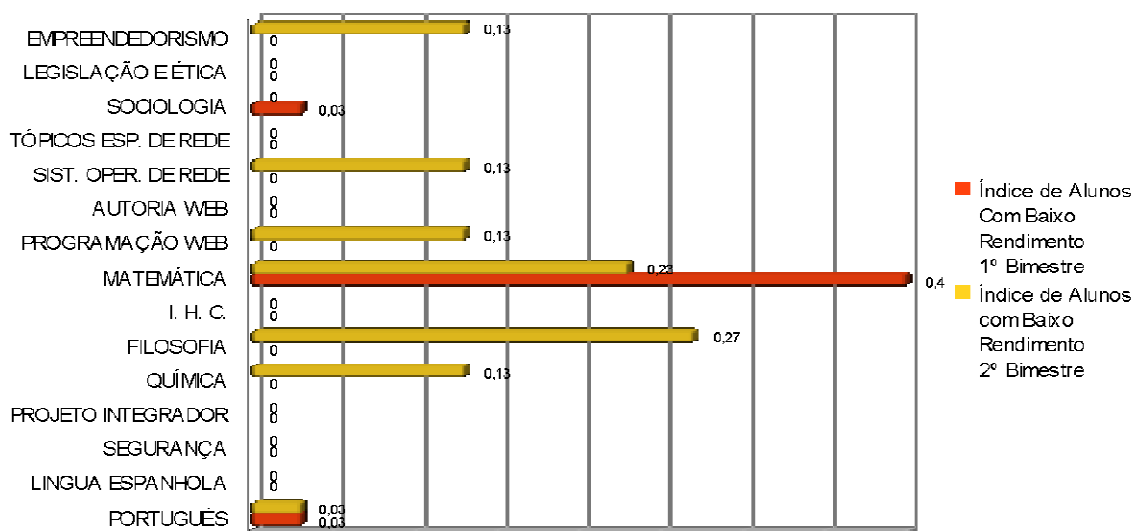


Gráfico Comparativo 8 - Turma INFO 4A

Fonte: CORES/SETEP, IFAP – *Campus Laranjal do Jari*,2014

Na turma INFO 4A, o alto índice de notas abaixo da média no componente curricular Matemática está evidente e preocupante. Nesse caso, uma pesquisa de opinião, entre os alunos

e o professor, pode mostrar o que aconteceu e como evitar. O apoio Pedagógico e Educacional é urgente e a Instituição de Ensino deve ter todo um aparato técnico para intervir e amenizar ou, melhor ainda, resolver a situação. Se continuar o processo com as falhas que está apresentando, vai gerar conflitos que aumentarão o índice de evasão da Escola.

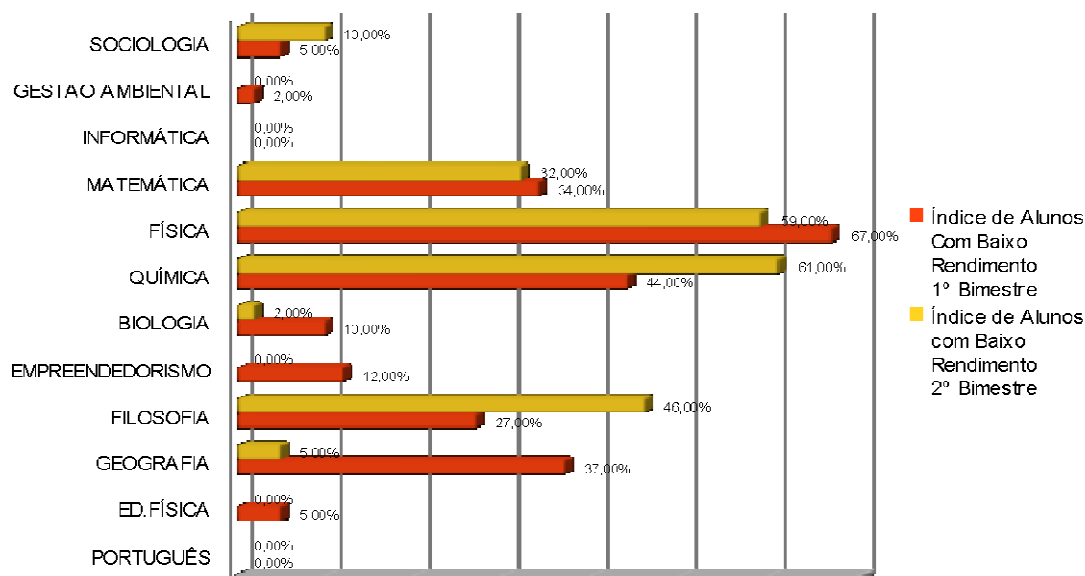


Gráfico Comparativo 9 - Turma MAB 1A

Fonte: CORES/SETEP, IFAP – Campus Laranjal do Jari, 2014

Nessa turma MAB 1A, se instala um problema crônico e urgente, em relação aos componentes curriculares da Base Nacional Comum, de forma generalizada. Em Português, Sociologia e Biologia, as médias estão excelentes, mas nas demais, principalmente em Química, Física, Filosofia e Matemática, quase 50% da turma está com dificuldades. Situações como essa, podem aumentar o índice de evasão da Escola. Precisa ser levado em conta, das inúmeras dificuldades enfrentadas pelos alunos que permeiam o processo ensino-aprendizagem, devido às desigualdades de condições.

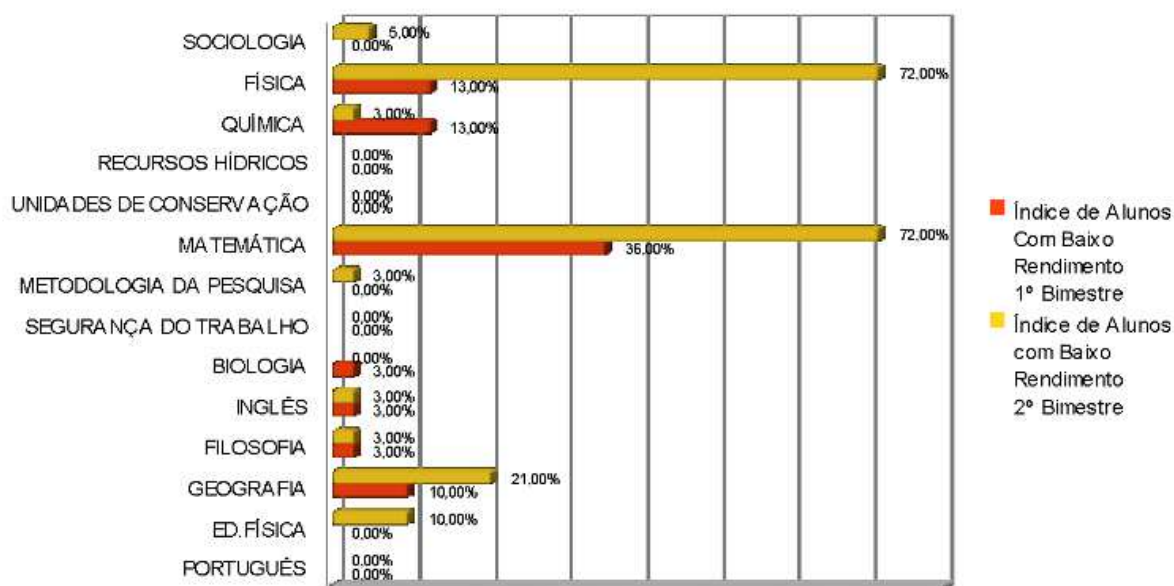


Gráfico Comparativo 10 – Turma MAB 2ª

Fonte: CORES/SETEP, IFAP – *Campus Laranjal do Jari*,2014

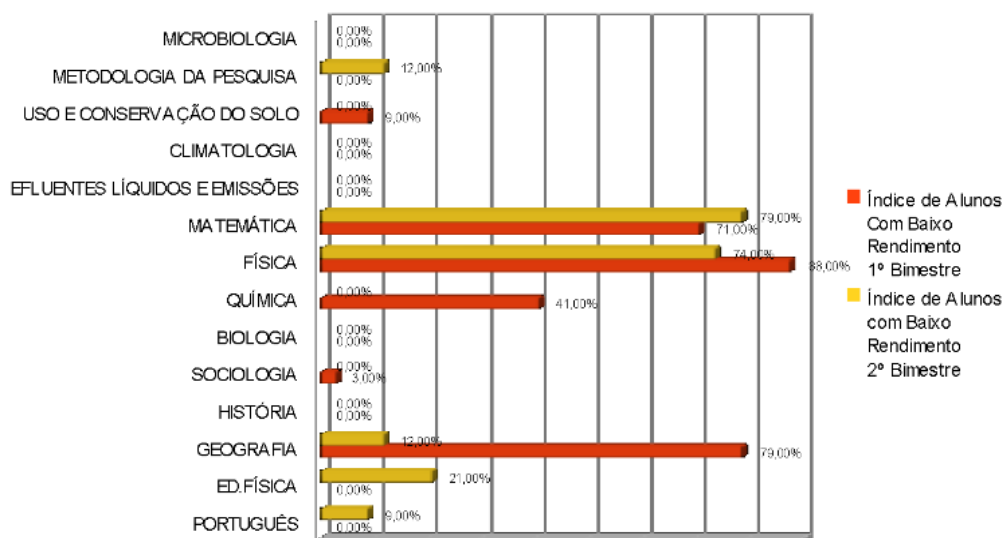


Gráfico Comparativo 11 - Turma MAB 3A

Fonte: CORES/SETEP, IFAP – *Campus Laranjal do Jari*,2014

Nas turmas SEC 1B, MAB 2A e MAB 3A, está nítida a grande dificuldade da maior parte da turma, acima de 70% de notas abaixo da média, no 2º bimestre, nos componentes curriculares de Física e Matemática. Com uma urgente intervenção dos técnicos é possível reverter o quadro, até mesmo dentro do bimestre que apresentou o problema. Caso não seja feito nada, para resolver a situação e dar o devido apoio aos educandos, futuramente, algumas transferências e abandonos, serão certos na estatística de evasão da Instituição.

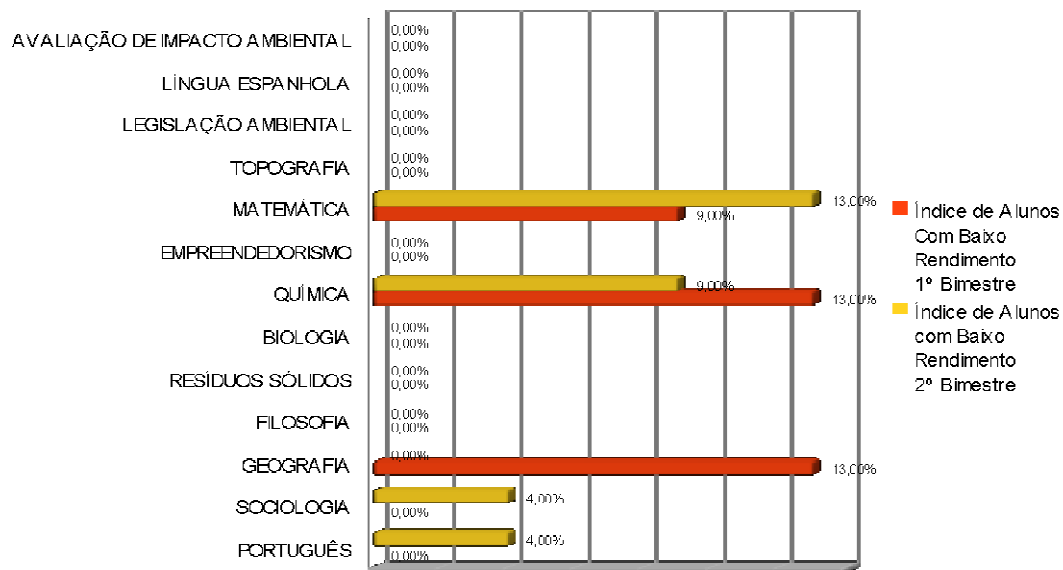


Gráfico Comparativo 12 - Turma MAB 4A

Fonte: CORES/SETEP, IFAP – *Campus Laranjal do Jari*,2014

Na turma MAB 4A, aparece nos componentes curriculares Matemática e Química, uma média de 10% de notas abaixo da média, estando dentro da Normalidade, se comparado com os índices indicados na Curva de Gauss.

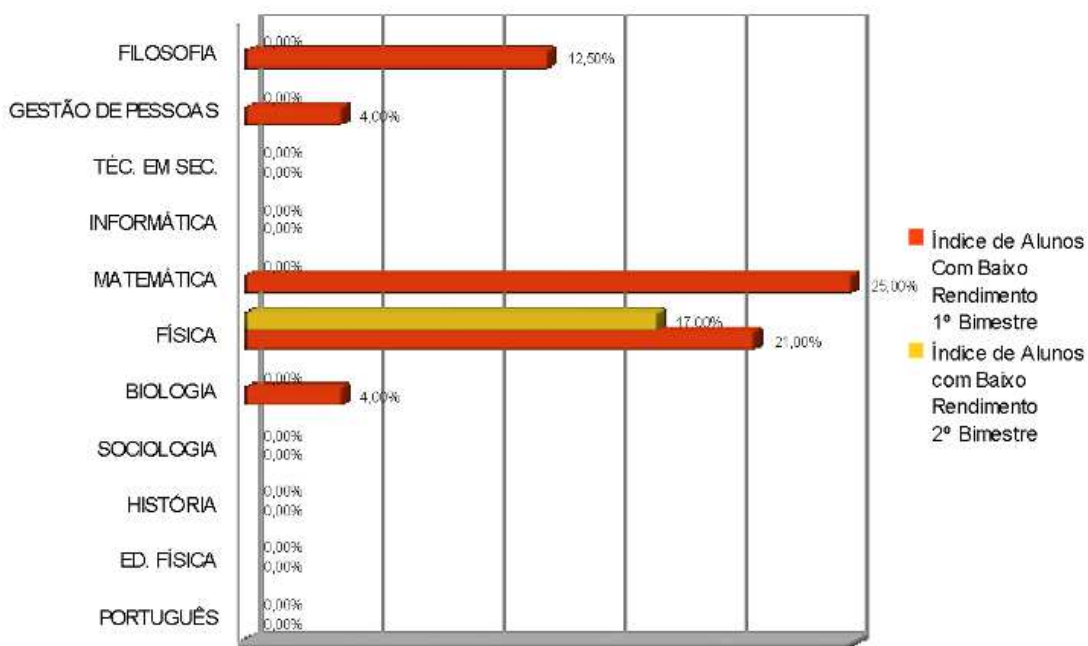


Gráfico Comparativo 13 - Turma SEC 1ª

Fonte: CORES/SETEP, IFAP – *Campus Laranjal do Jari*,2014

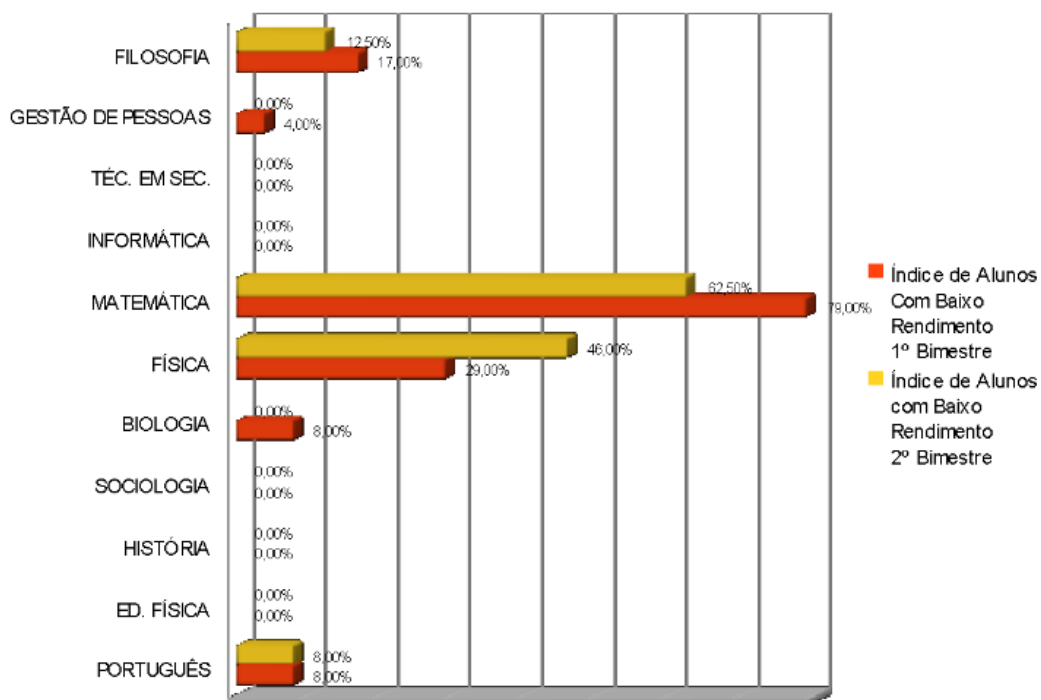


Gráfico Comparativo 14 - Turma SEC 1B

Fonte: CORES/SETEP, IFAP – *Campus Laranjal do Jari*,2014

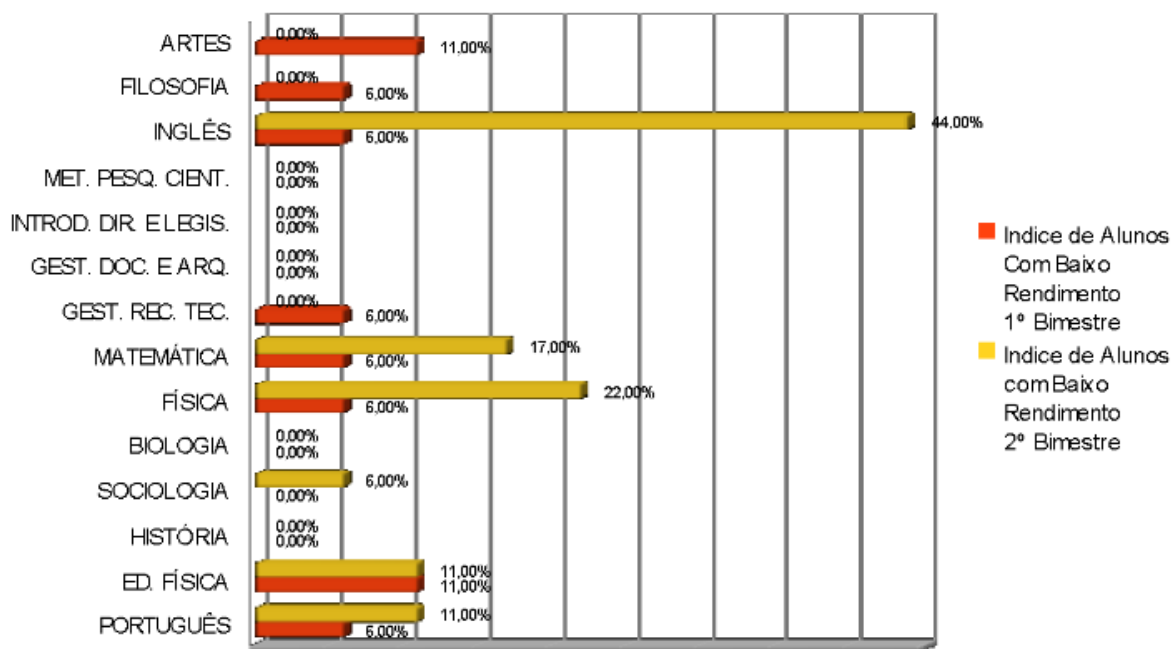


Gráfico Comparativo 15 - Turma SEC 2A

Fonte: CORES/SETEP, IFAP – *Campus Laranjal do Jari*,2014

Na turma SEC 2A, tem-se uma situação fora da normalidade, pelo aumento repentino do índice de notas abaixo da média, passando de 6% para 44% no componente curricular Inglês. Mas essa situação é fácil de resolver e não compromete o rendimento da turma, como um todo.

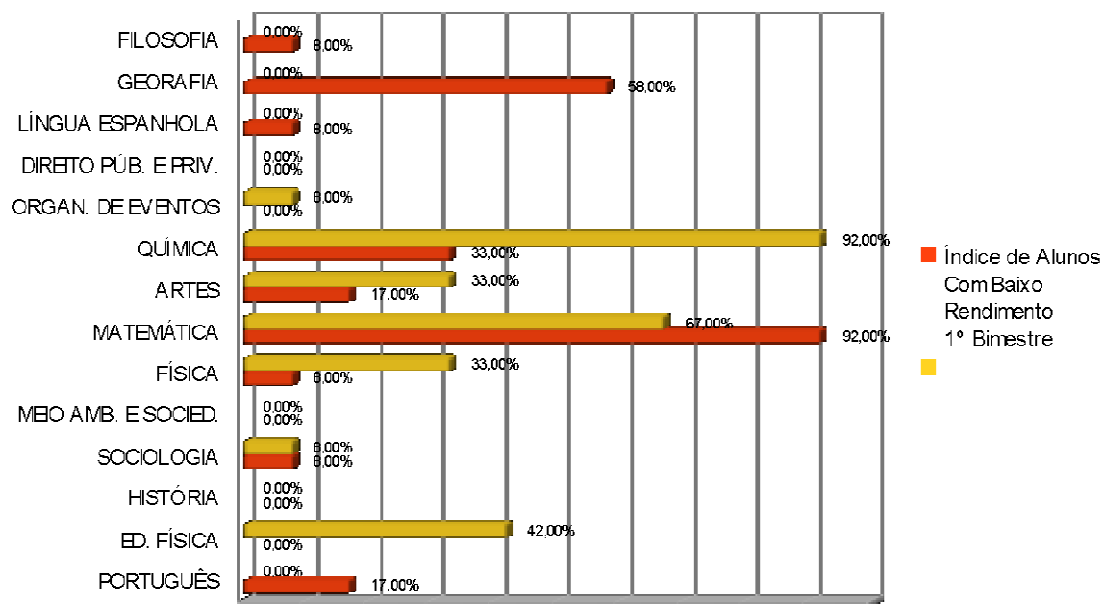


Gráfico Comparativo 16 - Turma SEC 3A
 Fonte: CORES/SETEP, IFAP – *Campus Laranjal do Jari*,2014

Na turma SEC 3A, tem-se uma situação fora da normalidade com quase a metade da turma em vários componentes curriculares. Na Matemática e Química, ficou claro que não houve aprendizagem, com índices acima de 92% de notas abaixo da média. Nesse caso, a equipe Pedagógica e Educacional deve fazer uma intervenção urgente, com um levantamento das origens do problema e com as devidas providências para resolver a situação. Por se tratar de uma turma já no terceiro ano na Instituição, o índice acima de 90%, deve remeter educadores e educandos a uma reformulação total das técnicas ensino-aprendizagem utilizadas.

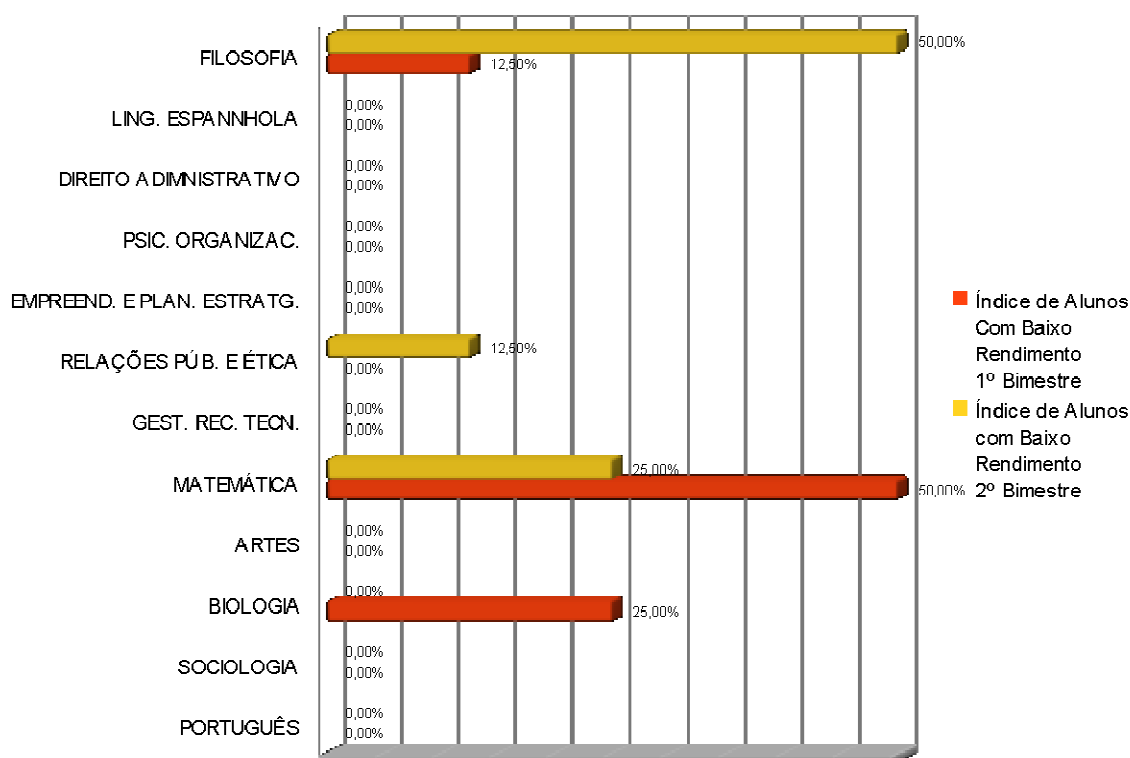


Gráfico Comparativo 17 - Turma SEC 4A

Fonte: CORES/SETEP, IFAP – *Campus Laranjal do Jari*

É necessário saber o que fazer nessas circunstâncias em que o aluno não está aprendendo, e o professor não está sabendo lidar metodologicamente com essa questão.

A falta de interesse é um dos principais fatores de evasão, talvez pelo descrédito do aluno em relação à escola como instituição que pode ajudá-lo na vida. Em alguns casos, a necessidade de renda vem demonstrar as dificuldades financeiras enfrentadas pelas famílias dos estudantes da rede pública de ensino. Isso sugere a prescrição de políticas de incentivo aos estudantes do Ensino Médio como oferta de crédito educativo, concessão de bolsas ou de transferência de renda condicionadas, conforme o exposto por Néri (2009).

Saber a causa do abandono e tentar encontrar soluções adequadas com o auxílio dos educadores, além de escutar o educando e tentar reconquistá-lo, bem como acompanhá-lo junto à família, buscando estabelecer ações e políticas públicas que atendam as novas necessidades da juventude. É claro que, existem fatores externos e internos presentes na problemática da evasão escolar, mas é importante que o educador procure despertar no aluno um raciocínio crítico, uma escola vinculada com a realidade, uma educação de qualidade e igualdade para todos e com um planejamento de aulas que permita os ajustes ao longo do ano letivo.

Identifica-se que o número de estudantes evadidos, em relação ao número total de matriculados correspondeu ao percentual de 40%, portanto, muito acima de uma meta adequada aos objetivos de um Curso Técnico. Dados baseados em estudos realizados pelo IBGE (2012) entre 33 países sobre a questão da evasão em cursos técnicos, indica uma média em torno de 10 a 12%. Ressalta-se que nem todos os estudantes evadidos registraram o motivo de evasão escolar de forma específica. Mas nos casos que informaram o motivo da evasão escolar, a dificuldade em conciliar o trabalho com o estudo e a necessidade de trabalhar, somam quase 80% dos motivos.

A necessidade de trabalhar, apontada como a maior causa de evasão escolar, está relacionada com o fato de que os estudantes alegaram que precisam trabalhar para auxiliar a família nas despesas do lar. Essa dificuldade financeira faz com que muitos dos evadidos alegassem dificuldade para custear o transporte coletivo da residência até a escola.

No entanto, sendo a evasão resultado de um processo complexo, no qual intervêm variáveis individuais, institucionais e sociais, estas devem ser compreendidas nas suas particularidades, mas também nas suas inter-relações. Nesse sentido, a pesquisa sobre causas para a evasão escolar deve incluir, necessariamente, além das motivações individuais, os fatores associados à esfera de competência e de atuação da instituição escolar; por exemplo, as áreas tecnológicas em que os cursos são ofertados, as práticas pedagógicas, a programação das disciplinas, os programas de estágio e de outras práticas profissionais, os processos de avaliação, a formação docente, dentre outros aspectos. (DORE e LUSCHER, 2011, p. 14)

Na ótica qualitativa, faz diferença quando a Escola proporciona mais atividades extraclasse aos estudantes, envolvendo mais os pais com a escola e desenvolvendo mais práticas pedagógicas complementares.

Das afirmações de Lüscher (2011), o processo de evasão escolar é complexo e demanda soluções também complexas, que devem envolver diversos agentes, neste caso, a comunidade escolar, os estudantes e os pais, pelo menos.

A experiência americana, relatada por Schargel (2002), aponta que para alcançar níveis mais elevados de aproveitamento dos estudantes e taxas mais altas de conclusão dos estudos, são necessários três aspectos fundamentais: a boa liderança administrativa, as práticas de ensino excelentes e os programas de prevenção do abandono escolar, aspecto este enfatizado por Lüscher (2011) quando destaca que a maior parte dos estudos acerca do tema propõe a prevenção, identificação precoce do problema e o acompanhamento individual daqueles que estão em situação de risco de evasão escolar.

A preocupação com a evasão justifica-se, pois, quaisquer que sejam os motivos, os educandos perdem a oportunidade de interagir com outras pessoas, deixando de construir o próprio conhecimento e impedidos de buscarem e adquirirem conhecimentos. Para Paulo Freire (1987, p.34):

Os oprimidos, que introjetam a ‘sombra’ dos opressores e seguem suas pautas, temem a liberdade, na medida em que esta, implicando a expulsão desta sombra, exigiria deles que ‘preenchessem’ o ‘vazio’ deixado pela expulsão com outro ‘conteúdo’ – o de sua autonomia. O de sua responsabilidade, sem o que não seriam livres. A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Não é também a liberdade um ponto ideal, fora dos homens, ao qual inclusive eles se alienam. Não é ideia que se faça mito. É condição indispensável ao movimento de busca em que estão inscritos os homens como seres inconclusos.

Deveria ser levado em consideração a visão de mundo do aluno. As diferenças entre o desempenho fora e dentro da escola são significativas. É importante que o educador consiga transpor o conhecimento ensinado para a realidade do seu aluno, ou pelo menos aproximar as partes. Quanto mais próximo for a realidade dentro e fora da escola para o educando, melhor o resultado alcançado. Para Gadotti (1994, p.27), citando Paulo Freire:

A dificuldade de praticar o diálogo está na própria estrutura social, fechada e opressora, que leva o educando a considerar-se (interprojetando a opressão, ‘hospedando-a’) ‘ignorante absoluto e natural’ [...] O diálogo é uma relação *horizontal*, oposta ao elitismo. Nutre-se de amor, humildade, esperança, fé e

confiança. Na relação dialógica-educadora parte-se sempre da realidade do educando, dos conhecimentos e da experiência dele, para construir a partir daí o conhecimento novo, uma cultura vinculada aos seus interesses e não à cultura das elites.

O que se percebe é que a grande dificuldade encontrada para apreensão dos conteúdos aponta para a deficiência de base do ensino fundamental. Os docentes atribuem a dificuldade à falta de domínio dos conteúdos que seriam a base para a compreensão dos conteúdos subsequentes.

Quando se analisa as causas da evasão encontra-se dificuldade da conciliação dos estudos com o trabalho, a falta de tempo para os estudos extraclasse; e acúmulo de tarefas, falta de transporte gratuito. Porém, a maioria das dificuldades apontadas ser de ordem acadêmica, decorrem da falta de uma boa formação na educação básica.

Grande parte dos problemas apontados está relacionado à dificuldade em acompanhar o desenvolvimento das disciplinas por parte dos estudantes, se deve ao fato da insuficiência do acesso aos procedimentos pedagógicos variados que a escola e os professores devem disponibilizar em suas aulas. As lacunas existentes na formação cultural e cognitivas dos jovens denotam a necessidade de mudanças nas estratégias facilitadoras à aprendizagem de conteúdos basilares já no ensino fundamental, assim como deve-se ao fato dos estudantes terem tempo escasso para os estudos extra aulas para suprir tais conhecimentos e experiências em sua formação humana.

Dessa maneira, ao alcançarem esse novo patamar em sua trajetória de qualificação profissional, os estudantes se deparam com dificuldades de ordem estrutural do sistema, ou seja, a deficiência na educação básica, além das dificuldades históricas inerentes à educação profissional, dificultando ao máximo o desenvolvimento de atividades acadêmicas necessárias. Essas responsabilidades para os estudantes aponta a incoerência do sistema, ressaltando suas contradições, gerando situações que conduzem à desistência dos cursos, ou seja, à evasão escolar.

6.4 Estratégias institucionais para assegurar a permanência e saída exitosa dos estudantes

A permanência e saída exitosa dos estudantes do IFAP são estimuladas por meio de ações afirmativas de natureza pedagógica, como processos de acompanhamento das dificuldades de aprendizagem e desempenho escolar: recuperação paralela; atendimento individualizado do professor e estudante; projeto de Metodologia de Estudos; programa de monitoria; incentivos à pesquisa; projetos culturais.

Como estratégia de enfrentamento da problemática da evasão e promoção da permanência e saída com êxito dos estudantes, corresponde às ações na área da assistência estudantil, como a concessão de auxílio-transporte, auxílio-alimentação, auxílio material didático, auxílio uniforme, auxílio-moradia e bolsa formação; e ainda atendimentos médico, social e psicológico.

Segundo documentos oficiais da instituição, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a política de atendimento aos discentes, busca estimular a democratização do acesso, permanência e o sucesso escolar, sendo concretizadas através dos eixos socioeconômico, psicossocial, saúde, formação humana e profissional.

O acesso aos cursos do Ensino Médio do IFAP na forma integrada se dá por meio de processo seletivo, visando à democratização do acesso ao ensino. Já que 50% das vagas oferecidas são destinadas a estudantes oriundos da escola pública. Isso possibilita que grupos em desvantagens sociais tenham acesso à educação profissional.

A Lei nº. 10.558/2002 no Art. 1º. cria o Programa Diversidade na Universidade, com a finalidade de implementar e avaliar estratégias para a promoção do acesso ao ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos.

A lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 institui o Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, reserva vagas para estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a um salário-mínimo e meio *per capita*, nas instituições públicas federais de educação superior.

O Decreto Federal nº. 2.208/97; o Parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CEB nº 16/99 e a Resolução do CNE nº 4/99 estabelecem normas para a educação profissional de Pessoas com Necessidades Específicas (PNE), considerando-se aquelas que apresentam deficiências físicas, sensoriais ou intelectuais, de altas habilidades ou de condutas típicas e pessoas com mobilidade reduzida.

A instituição em questão oferece atendimento diferenciado que possibilita não apenas o acesso, mas a disponibilização de recursos didático-pedagógicos, como audiolivros, material em LIBRAS, Braille, ampliações, e similares. O IFAP oferece ainda atendimento especial no Serviço Social.

O IFAP mantém um programa de apoio pedagógico e financeiro para o estudante. Consiste numa política efetiva de investimento em assistência, a fim de atender às necessidades básicas de moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura e lazer, inclusão digital, transporte, apoio acadêmico entre outras condições, conforme estabelecido no Decreto 7.234/2010.

As políticas de Assistência Estudantil, vistas como inclusão social, apresentam um caráter que avança no sentido de atendimento à legislação federal, instituída pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Desta forma, a Assistência Estudantil no IFAP está direcionada às atividades destinadas ao fortalecimento do desempenho acadêmico, da permanência estudantil, das atividades de cultura, de lazer e de esporte, principalmente para aqueles discentes com vulnerabilidade social.

Assistência Estudantil se materializará na forma de programas, projetos, ações e serviços que envolvem a oferta de auxílios, bolsas e atendimentos especializados.

- Progra
ma do Livro Didático disponibilizando aos estudantes os livros didáticos.
- Progra
ma de Alunos Estagiários: oferece oportunidade de desenvolvimentos da prática do estágio profissional com o desenvolvimento de atividades em setores específicos do IFAP;
- Progra
ma Alimentação ao Estudante: Implantar refeitório escolar tendo em vista atender, prioritariamente, aos discentes de baixa renda.
- Progra
ma de Assistência Estudantil: Tem por objetivo geral contribuir com o acesso, a permanência e a saída com êxito dos estudantes, na perspectiva de garantir a equidade, a justiça social, a produção de conhecimento, a melhoria do desempenho no processo formativo, da qualidade de vida familiar e comunitária.

O Programa de Assistência Estudantil é efetivado por meio de Programas, Bolsas e Atendimento Especializado. Foi implantado no ano de 2016 após a conclusão dos estudos dos grupos técnicos, ocorrido no ano anterior, nos campi do IFAP Amapá, atendendo pouco mais de 1500 alunos.

Os Programas são implementados através de Editais. Os estudantes de todos os cursos do IFAP, da modalidade presencial ou a distância e de todas as formas, seja integrada, subsequente, PROEJA, ou do Ensino Superior, podem pleitear duas modalidades de auxílio. Podendo ser:

- Auxílio Transporte - Caracteriza-se no repasse mensal de auxílio financeiro para ajudar o estudante com as despesas de transporte entre sua residência e a instituição.
- Auxílio Alimentação – trata-se da concessão de auxílio financeiro para a refeição diária durante o ano letivo para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.
- Auxílio Moradia – é o repasse financeiro para auxiliar nas despesas com aluguel de imóvel quando o estudante não reside no município em que o *Campus* está localizado.
- Auxílio Material Didático - repasse de auxílio financeiro para aquisição de material didático, para cópias, impressões de materiais didáticos específicos do seu curso ou para atender às necessidades educacionais específicas, bem como os demais materiais de uso escolar.
- Auxílio Uniforme - Consiste no repasse anual de auxílio financeiro ao estudante para compra do uniforme padrão do IFAP.
- Auxílio Emergencial - Consiste em fundo financeiro concedido aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que não foram contemplados com outros auxílios e que passam por situações emergenciais, a exemplo de desemprego, problemas de saúde, violência doméstica, entre outros (mediante comprovação específica).

As Bolsas são oferecidas aos estudantes em contrapartida ao desenvolvimento das atividades em programas que, além da permanência ainda visam favorecer o êxito estudantil numa perspectiva de inter-relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. São acessadas por meio de Edital. O estudante pode atuar na instituição e receber bolsa na modalidade Bolsa Formação, Bolsa Monitoria e Bolsas de Pesquisa.

O Atendimento Especializado corresponde às ações de acompanhamento biopsicossocial e pedagógico aos estudantes. O quadro de servidores do IFAP *Campus* Laranjal do Jari é composto por um (01) assistente social, um (01) psicólogo, três (03) TAEs e três (03) pedagogos, destinados a desenvolver os acompanhamentos psicossociais e pedagógicos do estudante. A equipe multidisciplinar presta atendimento de orientação, aconselhamento e acompanhamento ao estudante e responsáveis.

Arte, Cultura, Esporte e Lazer estão disponibilizadas como sendo ações que visam crescimento artístico, político, cultural, estético, esportivo e de lazer dos estudantes, propiciando a continuidade e a complementaridade do processo pedagógico no âmbito local, regional, nacional ou internacional.

Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais (PNE) oferece suporte ao acesso, permanência e saída com êxito às pessoas necessidades específicas, por meio da aquisição de materiais, seleção de profissionais e implementação do atendimento especializado.

Programa de ajuda de custo para viagens acadêmicas consiste na ajuda de custo para viagem com apresentação de trabalhos acadêmicos vinculados à Instituição.

O IFAP prevê como estratégia de estímulo à permanência, programas de nivelamento, atendimento psicopedagógico. Concretiza-se através do Programa de Orientação Educacional e Bolsa Monitoria.

O Programa de Orientação Educacional contribui para melhoria do desempenho acadêmico e fortalece as atividades educacionais, através de projetos, orientações de estudos, dicas profissionais, palestras sobre trabalho e mercado, orientação afetivo-sexual, prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas, etc.

Um mecanismo de recuperação da aprendizagem, para os estudantes que apresentarem dificuldades consiste na Bolsa Monitoria, em que o monitor/bolsista desenvolve um programa de nivelamento de apoio aos estudantes para propiciar a revisão dos conteúdos e a superação das defasagens apresentadas advindas das etapas anteriores da educação básica.

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO 2013												
PARTES	ÁREA	COMPONENTE CURRICULAR	1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		TOTAL (50min)	TOTAL (60min)
			CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS		
BASE NACIONAL COMUM	LÍNGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS	LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA	160	4	160	4	160	4	120	3	600	500
		ARTES	80	2					120	3	200	167
		INGLÊS	80	2	80	2					160	133
		EDUCAÇÃO FÍSICA *	80	2	80	2	80	2			240	200
		SUBTOTAL	400	10	320	6	240	4	240	6	1200	1000
	CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS	HISTÓRIA	120	3	160	4					280	233
		GEOGRAFIA					120	3	120	3	240	200
		FILOSOFIA	40	1	40	1	40	1	40	1	160	133
		SOCIOLOGIA	40	1	40	1	40	1	40	1	160	133
		SUBTOTAL	200	5	240	6	200	5	200	6	840	700
	CIÊNCIAS DA NATUREZA, MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	BIOLOGIA			120	3	120	3			240	200
		QUÍMICA			120	3	120	3			240	200
		FÍSICA	120	3			120	3			240	200
		MATEMÁTICA	120	3	160	4	160	4	80	2	520	433
		SUBTOTAL	240	6	400	10	520	13	80	2	1240	1033
DIVERSIFICADAS	MET. PESSO. CIENT			80	2					80	67	
	ESPAANHOL							80	2	80	67	
SUBTOTAL			0	0	80	2	0	0	2	160	133	
TOTAL DE CH DO MÉDIO			840	21	1040	24	960	22	520	15	3440	2868
NÚCLEO TÉCNICO	INTRODUÇÃO A LÓGICA DE PROGRAMAÇÃO	80	2								80	67
	FUNDAMENTOS DA INFORMÁTICA	80	2								80	67
	ELETRÔNICA BÁSICA	80	2								80	67
	ORGANIZAÇÃO E ARQUITETURA DE COMPUTADORES			80	2						80	67
	LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO			80	2						80	67
	BANCO DE DADOS			80	2						80	67
	PRINCÍPIOS DE ANÁLISE E PROJETOS DE SISTEMAS			80	2						80	67
	MONTEAGEM E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES			80	2						80	67
	PROGRAMAÇÃO WEB					80	2				80	67
	EMPREENDEDORISMO					80	2				80	67
	REDES DE COMPUTADORES					80	2				80	67
	SISTEMAS OPERACIONAIS DE REDE							80	2		80	67
	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO							80	2		80	67
	INTERAÇÃO HUMANO COMPUTADOR							80	2		80	67
	LEGISLAÇÃO E ÉTICA							80	2		80	67
	TÓPICOS ESPECIAIS **							80	2		80	67
	ORIENTAÇÃO A PRÁTICA PROFISSIONAL I					80	2				80	67
	ORIENTAÇÃO A PRÁTICA PROFISSIONAL II							80	2		80	67
TOTAL DE CH DO TÉCNICO			240	6	320	8	400	10	480	12	1440	1200
PRÁTICA PROFISSIONAL	PROJETO DE SUPORTE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS					100					100	83
	PROJETO DE REDES DE COMPUTADORES E SISTEMAS WEB							100			100	83
	ATIVIDADES COMPLEMENTARES							50			50	42
	TOTAL DA PRÁTICA PROFISSIONAL	0	0	0	0	100	0	150	0	0	250	208
TOTAL GERAL DE CARGA HORÁRIA			1080	27	1360	32	1360	32	1000	27	5130	4275
Número de componentes curriculares por ano			12		14		13		13			

Figura 13 – Matriz Curricular do Curso Técnico Informática Integrado ao Ensino Médio 2013

Ainda como estratégia de estímulo à permanência, o IFAP implementa a integração da escola com a família do estudante, promovendo um intercâmbio de informações e o acompanhamento da aprendizagem.

6.5 Programa estratégico institucional de permanência e êxito de estudantes

O IFAP instituiu o Programa estratégico de permanência e êxito de estudantes para diagnóstico das causas da evasão na instituição, sobretudo para o enfrentamento desta problemática.

O documento enfatiza que as instituições integrantes da rede federal atendem um número significativo de estudantes socioeconomicamente vulnerável, de baixa renda, trabalhadores e residentes em localidades distantes ou com necessidades específicas, o que é naturalmente fator propulsor da evasão. Para prevenir e combater a problemática da evasão, o IFAP implementou o plano estratégico que visa diminuir a evasão e a retenção escolar,

através de um trabalho integrado e multidisciplinar que assegure a permanência e o êxito dos seus estudantes.

O primeiro passo consiste na identificação dos indicadores quantitativos de retenção e evasão dos *Campi* do IFAP por meio dos dados do Sistec, em seguida o programa definiu as características dos indicadores que provocam a evasão e retenção, por meio de um diagnóstico qualitativo dirigido aos estudantes, docentes e aos gestores dos *Campi*. A etapa seguinte foi a elaboração do plano estratégico institucional de combate à evasão e à retenção no IFAP. Após isso as ações do plano se concentram no monitoramento e acompanhamento, com vistas a contenção da evasão e a retenção escolar.

Segundo o Programa estratégico, observa-se, dentre os principais indicadores, que a taxa de retenção, ao longo dos 4 anos analisados, obteve decréscimo. No entanto, a taxa de conclusão também caiu. Sobre a taxa de evasão, constata-se flutuações nos percentuais ao longo dos 4 anos.

De acordo com o Programa estratégico institucional de permanência e êxito de estudantes as causas da evasão apontadas pelos gestores do *Campus* Laranjal do Jari são capacidade de aprendizagem e habilidade de estudo; Qualidade de formação escolar anterior; Limitações do estudante em algumas áreas do conhecimento; Transporte e alimentação; Questões de saúde e financeiras do estudante ou da família; Questões didático-pedagógicas; Relação escola-família; dificuldade de alguns alunos para adequar-se aos padrões de ensino do IFAP; muitas trocas de docentes; Cansaço; Falta de professores; Incompatibilidade do curso; Qualidade de Ensino; Falta de Reforço Escolar; Fraca Interação professor/aluno.

As estratégias de intervenção para permanência e êxito dos estudantes do IFAP no *Campus* Laranjal do Jari, relativas aos cursos técnicos de nível médio, são as seguintes, de acordo com o Programa: Intervenção e conscientização dos alunos para o estudo; Acrescentar novas práticas pedagógicas por parte dos docentes; Adequar os acadêmicos aos padrões de ensino do Instituto; Período de reforço de aulas nas disciplinas que os alunos apresentam dificuldades; Palestras sobre os cursos nas escolas parceiras do Instituto; Recursos humanos para dar assistência aos alunos, Projetos de extensão; Qualidade Profissional e Formação dos Professores, Sala de estudo em grupo e individual.

Apesar das estratégias de intervenção buscando a permanência dos alunos esteja implementada, sua operacionalização apresenta falhas estruturais e operacionais pedagógicas significativas. Em primeiro lugar temos a questão da adesão dos docentes para desenvolver um programa especial de estudos buscando a recuperação ou o reforço dos conteúdos ofertados em sala de aulas, frequentemente em contra-turno. Já de modo comprometedor, enfrenta-se a falta de espaços físicos (salas e /ou ambientes de laboratórios) onde tais atividades possam ser desenvolvidas. Isso ocorre em virtude da lotação completa da capacidade de ocupação do *campus*. A sobrecarga de atividades dos docentes em relação à pesquisa e extensão, bem como a multiplicidade de componentes curriculares desenvolvidos por um mesmo docente da área técnica, por exemplo, pode muitas vezes, e dependendo do curso em que ministra aulas, superar a cinco diferentes disciplinas. Fato que na prática inviabiliza quase que por completo alguma ação efetiva de qualidade.

Outro aspecto relevante é a sobrecarga que normalmente o aluno do IFAP enfrenta, com uma média de 12 a 14 componentes curriculares diferentes, e, que ao mesmo tempo produzem demandas de atividades de pesquisa, trabalhos de grupo e outras práticas escolares, ocupando quase que totalmente o contra-turno de aulas. Vale salientar que os alunos enfrentam uma rotina de 6 períodos letivos diários, de segunda a sextas, não incluindo os sábados letivos presenciais obrigatórios. Como normalmente não ocorre a interdisciplinaridade de conteúdos e de práticas escolares de aprendizagem, o aluno fica efetivamente sobrecarregado, pois cada professor gera demandas de estudo individualizadas.

Devemos considerar que para um estudante é uma jornada bastante intensa de estudos, que nem todos conseguem acompanhar de modo satisfatório.

A troca intensa de professores nas turmas, afastamentos por problemas de saúde entre outras situações recorrentes, atrapalham as rotinas escolares, tanto dos estudantes, bem como, da área pedagógica, que frequentemente busca intermediar conflitos e pressões de alunos e familiares pelo não lançamento de registros de avaliações e ou outros registros pedagógicos no sistema acadêmico SAGES. Isso gera dificuldades no acompanhamento pedagógico e prejudica o processo de ensino aprendizagem do aluno.

Não basta somente buscar melhorias estruturais do *campus*, palestras e outras estratégias, sem que haja efetivamente uma política internalizada de retenção e êxito do aluno, considerando-o como sendo um jovem adolescente em formação que traz seus próprios conflitos e desafios. Conviver numa estrutura desprovida de emoção, com ênfase na produção intelectual gera sentimentos de depressão, surgimento de doenças psicossomáticas entre outras coisas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democratização do acesso ao ensino técnico profissionalizante, através da criação de novas institutos federais de ciência e tecnologia, da adoção das políticas de ações afirmativas, que prioriza o estudante egresso de escola pública, pretos, pardos e indígenas, pessoas com renda familiar per capita de até 1,5 salários-mínimos, possibilita ao estudante da rede federal a viabilidade de continuidade nos estudos, e contribuindo para a verticalização do estudo, contribuindo para que este aluno avance seus estudos rumo ao Ensino Superior. Para COUTINHO (2016).

Uma parcela significativa dos estudantes não demonstra interesse em ingressar no mercado de trabalho imediatamente após a conclusão do curso técnico. Muitos buscam a habilitação técnica, mesmo não tendo interesse em atuar na área. Quando possível escolhem um eixo tecnológico que mais se aproxime do curso superior que escolheu. Por isso, vê-se egressos dos Cursos Técnicos em Meio Ambiente no ensino superior da área da saúde. (COUTINHO, 2016)

Segundo a autora, o estudante que tem saída com êxito não chega ao IFAP com grande defasagem dos conteúdos pertinentes às etapas precedentes da educação básica e não buscou o IFAP visando o ingresso no mercado de trabalho imediatamente após a conclusão do Curso Técnico e sim com interesse no ensino propedêutico que lhe possibilite o prosseguimento nos estudos no Ensino Superior.

O investimento alto dos governos Lula e Dilma na rede federal possibilitou a criação de uma instituição com infraestrutura composta por laboratório bem equipados (informática, química, biologia, etc.) biblioteca com acervo atualizado e variado. Uma instituição que tem o quadro de docentes formando, eminentemente, por mestre e doutores, o corpo técnico multidisciplinar, composto por pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, médicos, técnicos em enfermagem, técnicos em assuntos educacionais, assistentes de alunos, etc.

Isso torna o IFAP muito atrativo, não apenas pela classe trabalhadora, que historicamente foi o público-alvo da Educação Profissional, mas pela classe média, que historicamente não teve acesso, e nem interesse na Educação Profissional pública.

Outras instituições de ensino têm em seus quadros mestres e doutores, mas não ministram aula para o Ensino Médio. Outras instituições de ensino têm infraestrutura com boas bibliotecas, laboratórios, auditório, ginásio poliesportivo, mas são privadas. O IFAP é público, é gratuito e é de qualidade.

Em cumprimento à lei que institui as ações afirmativas, as vagas são, prioritariamente, destinadas aos dignitários das dívidas sociais dos processos de invasão e colonização do Brasil. Pretos, pardos, indígenas, pessoas com renda familiar *per capita* de até 1,5 salários-mínimos. As demais vagas são destinadas à ampla concorrência. E que concorrência! São disputadas por estudantes que tiveram acesso à educação privada, de qualidade desde a infância, têm renda familiar *per capita* superior aos demais.

A matriz curricular dos cursos técnicos do IFAP está organizada por componentes curriculares distribuídos em três partes, sendo a primeira a base nacional comum, a parte diversificada e parte destinada à formação profissional.

Como em todos os cursos do Ensino Médio, a base nacional comum é fundamentada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e é composta pelas áreas de conhecimento do ensino médio (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, e Ciências Humanas).

Assim como a parte diversificada, que é voltada para uma maior compreensão das relações existentes no mundo do trabalho e para uma articulação entre esse e os conhecimentos acadêmicos.

A diferença dos cursos do Ensino Médio da rede federal, para os ministrados por outras instituições de ensino é que eles são organizados de forma integrada ao Ensino Técnico. Por isso a matriz é composta também pela parte da Formação profissional, que é específica em determinada área profissional descrita nos Referenciais Curriculares Nacionais da educação profissional.

Com as mudanças impostas pelo governo democrático-popular, o sonho de cursar o Ensino Superior passou a ser mais próximo. Isso tem reflexo no perfil dos que buscam as instituições da rede federal.

O estudante procura a rede federal de educação profissional científica e tecnológica sabendo que as três partes da matriz curricular são indissociáveis. Porém este estudante sabe que a sua colocação no ENEM vai depender dos componentes curriculares da base nacional comum e da parte diversificada. E a parte da formação profissional?

A eterna dualidade da educação para a classe trabalhadora e para a classe média pois as duas têm agora as condições minimamente equiparadas. Isso fica evidente quando o primeiro lugar em medicina da USP é ocupado por uma menina negra e de uma família pobre e monoparental, chefiada pela mãe.

Nas últimas décadas vem aumentando consideravelmente a confiança de que a educação pode promover mudanças reais na vida das pessoas. E neste contexto, a educação assume cada vez mais lugar de destaque na sociedade moderna. O aumento da confiança na educação vem ocorrendo, entre outras coisas, pela mobilidade social que a educação promove, mesmo que essa mobilidade ocorra lentamente e que não atinja a todos e todas. (COUTINHO. 2006, p. 24)

Mesmo o jovem da classe trabalhadora pode ingressar imediatamente no mercado de trabalho com seu Curso Técnico sonha, com o Ensino Superior. E ele pode sonhar e concretizar o sonho.

A hipótese defendida em relação aos motivos que levam à evasão escolar no Ensino Médio Integrado do IFAP é que esta se deve à defasagem de conhecimento nas etapas precedentes da educação básica, sobretudo do Ensino Fundamental, que leva à dificuldade de acompanhamento dos componentes curriculares.

Os resultados obtidos levam à conclusão de que a evasão nos cursos Técnicos é um fenômeno ligado ao índice de reprovação das disciplinas. No decorrer do curso, pode ocorrer um decréscimo da taxa de evasão, coincidindo com o ciclo profissionalizante.

Em vista da ocorrência global e complexa dos fenômenos ligados à evasão, o propósito é dar continuidade ao estudo, com outros estudos e discussões acerca do assunto por meio de abordagens diferenciadas.

Como recomendação para pesquisas posteriores tem-se a proposta de efetivar uma análise comparativa entre o desempenho acadêmico dos estudantes que vem da rede privada e pública, uma vez que os indicadores nacionais apontam para a deficiência do ensino público em relação ao privado, a observação do desempenho destes estudantes permitiria a maior compreensão do fenômeno e a possibilidade de intervenção de forma mais assertiva.

Outra recomendação de estudos posteriores seria a análise dos egressos, pois existe a hipótese de que o egresso do IFAP não ingressa imediatamente no mercado de trabalho e sim dá continuidade nos estudos, através de cursos superiores.

A compreensão da evasão e seus motivos devem conduzir a Escola à adoção de medidas mitigadoras que possam diminuí-las ou saná-las. É interessante que os resultados desses estudos sejam constantemente avaliados e institucionalizados.

Após a pesquisa bibliográfica e pesquisa sobre a situação escolar dos estudantes do Ensino Médio Integrado do IFAP, a hipótese foi confirmada, pois foi detectado o baixo rendimento nos componentes curriculares. Essa constatação pode dar subsídios para a proposição de ações de enfrentamento da problemática pela instituição.

Dentre as propostas, a sugestão de intensificar o reforço escolar que já vem sendo efetivado é a que se apresenta como mais preeminente.

Nesta linha, tem-se a sugestão de que a instituição promova a capacitação dos professores para aulas mais dinâmicas e com didática que contemple o estudante que não está aprendendo. É importante que os docentes dediquem os primeiros dias do bimestre ao nivelamento dos conteúdos, uma vez que a defasagem de conhecimento é um impeditivo para a apreensão de conteúdos subsequentes.

Bem como o reforço às palestras sobre Orientação aos estudos, em que são abordadas técnicas eficazes de estudo.

Outra sugestão para combater a evasão seria o aprofundamento dos atendimentos para acompanhamento psicopedagógicos a todos os estudantes que apresentem baixo rendimento desde o primeiro bimestre.

8 REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Políticas Educacionais e Desigualdades: à Procura de Novos Significados**. Educação & Sociedade, vol. 31, núm. 113, outubro-diciembre, 2010, pp. 1381-1416 Centro de Estudos Educação e Sociedade Campinas, Brasil

BATISTA, S. D.; SOUZA, A. M.; OLIVEIRA, J. M. S. **A Evasão Escolar no Ensino Médio: Um Estudo de Caso**. Revista Profissão Docente, Uberaba, v. 9, n. 19, p. 2-19, jan. 2009.

BOSSA, N. **Problemas de aprendizagem: Estudo revela que alunos acumulam defasagem durante o Ensino Fundamental**. Disponível em: file:///G:/GERAIS/Evas%C3%A3o%20IFAP/Problemas%20de%20aprendizagem%20Es tudo%20revela%20que%20alunos%20acumulam%20defasagem%20durante%20o%20Ensino %20Fundamental%20-%20Guia%20Escolas.html. Pesquisado em 10/02/2017

BITENCOURT, N. R. C. **A teologia a partir do reverso da história: uma interpretação do modo de fazer teologia de Gustavo Gutiérrez**. / Neusa Regina Carneiro Bittencourt. – Porto Alegre, 2012. 93 f

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 30 de dez. 2008, Seção 1, p.1.

_____. Lei nº 9.394/96, de 20 e novembro de 1996, **estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**

_____. Decreto nº 7.022, de 2 de dezembro de 2009, **Trata da organização funcional da Rede Federal e dá outras providências** .

_____. Decreto 2.208, de 17 de abril de 1997. **Regulamenta o § 2o do art.36 e os arts. 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. *Diário Oficial da União*. Brasília, 18 abr. 1997b.

_____. Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004. **Regulamenta o § 2o do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n.o 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências**. *Diário Oficial da União*. Brasília, 26 jul. 2004.

_____. Decreto 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1o e 2o graus e dá outras providências**. *Diário Oficial da União*, Brasília, 12 ago. 1971.

_____. Decreto 10.558, de 13 de novembro de 2002, **Cria o Programa Diversidade na Universidade que estabelece as Cotas**.

_____. LEI Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio**.

_____**RESOLUÇÃO N° 3, de 9 de julho de 2008. Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio**

_____**RESOLUÇÃO N° 1, de 3 de fevereiro de 2005, Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004**

_____**Decreto nº 7.234-2010 - Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**

_____**Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Promulgada em 05 de outubro de 1988.** Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao. Acesso em: 27 dez. 2018.

BRANDÃO, Z. et al. O estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência no ensino de 1º grau no Brasil. In Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 64, nº 147, maio/agosto 1983, p. 38-69

CONNEL, R.. Pobreza e Educação.In: GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação.** Tradução: Vania Paganini Thurler; Tomaz Tadeu da Silva. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. (Coleção Estudos Culturais em Educação) p. 11-42.

COUTINHO, M. V. A. Excelência em Educação. Macapá. Fontaz, 2006

CORTELLA, M. S. A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. São Paulo, Cortez: Instituto Paulo Freire, 2006.

DIGIÁCOMO, M. J. (2005). Evasão escolar: não basta comunicar e as mãos lavar. Disponível em: www.mp.mg.gov.br. Acesso em: 15 jan. 2019.

DORE, R. e L., Ana Z. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em minas gerais. cadernos de pesquisa v.41 n.144 set./dez. 2011 775

FERREIRO, E. Os níveis estruturais da aquisição da linguagem escrita segundo Emília Ferreiro. Disponível em www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/idiomas/os-niveis-estruturais-da-aquisicao-da-lingua-gem-escrita-segundo-emilia-ferreiro/34139. Acessado em 12/10/2017.

FILHO, E. D. A evasão escolar na educação tecnológica: o embate entre as concepções subjetivas e objetivas. 1 ed. São Paulo: Cultura acadêmica, 2012. 177 p.

FONSECA, V. Dificuldades de aprendizagem. Porto Alegre: Artes médicas, 1995.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FRIGOTTO, G. **Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio: Concepções e contradições**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2005. 1-19

GAGNÉ, R M. (1974). **Como se realiza a aprendizagem**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos\ Brasília: INL. Tradução de Terezinha Maria Ramos Tovar

GOOGLE Mapas. **Mapa Vale do Jari**. Acessado em 10 /07/2017; <https://www.google.com.br/maps/@-0.8317444,-52.5022426,11z>

GOHN, M. G. **Educação Não-formal e cultura política: Impacto sobre o associativismo do terceiro setor**. São Paulo, Ed. Cortez, 2001.

GÜNTHER, H. **Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão**. In **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, vol. 22n, p. 201-210, maio-ago 2006.

IBGE. **Abandono Escolar é tres vezes maior que na Europa**. Disponível em <http://noticias.terra.com.br/educacao/ibgeabandono-escolar-no-brasil-e-3-vezes-maior-que-na-eur opa,9608febb0345b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD. html> 28 de Novembro de 2012. Fonte: IBGE. Acesso em 22 de setembro de 2017.

JOHAN, C. C. **Evasão escolar no Instituto Federal Rio Grandense : um estudo de caso no Campus Passo fundo** . 2012.119 f. Dissertação (Mestrado) –Passo Fundo 2012.

JORDAN, W. J.; LARA, J.; MCPARTLAND, J. M. **Exploring the causes of early dropout amongrace-ethnic and gender groups**. Youth and Society, v.28, p.62-94, 1996.

KRAWCZYK, N.O **Ensino médio no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2009. (Coleção Em Questão, 6) _____. A Escola média: um espaço sem consenso. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.120, p.169-202, nov. 2003.

FILHO, D. L. L. **Que formação para que emprego? Concepção e impactos das políticas públicas para a educação e formação de trabalhadores no Brasil**. In: IV Congresso Latinoamericano de Sociología del Trabajo, 2003, Ciudad de la Habana. 4 Congresso Latinoamericano de Sociología del Trabajo, 2003. v. único. p. 1-21.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Documento Orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2014.

_____ **Educação profissional como política pública garantidora da cidadania** .

HYPERLINK "<http://www.educ.org.br/a-educ/blog/item/6>" <http://www.educ.org.br/a-educ/blog/item/6>. Pesquisado em 02 de dezembro de 2016

_____ **Censo Escolar de Educação Básica 2016 – Notas Estatísticas** , INEP, DF, p.17, 2017

NEVES, M. M. B. J. (2007). **Formação inicial em psicologia escolar**. In H. R. Campos (Org.), **Formação em psicologia escolar: realidades e perspectivas** (p.49-67). Campinas: Editora Alínea.

OLIVEIRA, S. D. B. Alexandra Matos Souza. Julia Maria Da Silva. **A evasão escolar no ensino médio: um estudo de caso**. Revista Profissão Docente, Uberaba, v. 9, n. 19, p. 3-7, 2009.

Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) –2014 -2018. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá –IFAP. Macapá –AP**, 2014.

Programa Estratégico Institucional de Permanência e Êxito de Estudantes do Instituto Federal do Amapá – IFAP, Macapá, 2015.

QUEIROZ; J. B. **Construção das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil – ensino médio e educação profissional**. Unb: DF. Tese de doutoramento, 2004.

RESENDE, P. T. V.; SOUSA, P. R.; SILVA, J. V. R. **Carência de Profissionais no Brasil**, Nova Lima, MG: FDC Núcleo CCR de Infraestrutura e Logística, 2010.

RUMBERGER, R. **Why students drop out of school**. In: ORFIED, G. (Org.). **Dropouts in America: Confronting the Graduation Rate Crisis**. Cambridge, MA: Harvard Education Press, 2004, p.131-155

SAVIANI, D. **O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias**. In: FERRETI, C. et ali. *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis, Editora. Vozes, 1994.

SILVA, M. R.; BRAGA, M. E. B. P. **Causas e onsequências da Evasão Escolar na Escola Normal Estadual Professor Pedro Augusto de Almeida Bananeias – PB**. Curso Pós Graduação *latu Sensu em Gestão Pública Municipal* UFPB, Bananeias, 2011.

SILVA, W. F. **Evasão Escolar nos Cursos Técnicos Integrados do IFBA Campus Eunópolis**. UFBA, Eunópolis, p. 14, 2011.

SNYDERS, G. **Escola, Classes e Lutas de Classes**. São Paulo: Centaurus, 2005.

TAVARES. M. G. **Evolução da rede federal de educação profissional e tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no brasil**. IX ANPED SUL. 2012

VASCONCELOS, C.; PRAIA, J. F.; ALMEIDA, L. S. **Teorias de Aprendizagem e o Ensino das Ciências da Instrução a Aprendizagem**. *Psicologia Escolar e Educacional, Campinas*, v. 7, n. 1, p. 11-19, jun. 2003.

VIAL, M. **Um desafio à democratização do ensino: o fracasso escolar**. In: BRANDÃO, Zaia (org.). *Democratização do ensino: meta ou mito?* 3ª. edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987, p. 11-23